POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO 2026

TARDE

DELEGADO DE POLÍCIA

PROVA TIPO 2

SUA PROVA

- Além deste caderno de questões contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.

TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**.
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento do cartão de respostas é de sua responsabilidade e **não** será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

FGV CONHECIMENTO

Direito Penal

1

Carlos efetuou disparos de arma de fogo contra João com o inequívoco propósito de matá-lo. A vítima é atingida, sobrevive, e o agente é preso logo em seguida.

O Ministério Público denunciou Carlos, imputando-lhe a prática dos crimes de tentativa de homicídio e de perigo para a vida ou saúde de outrem, sustentando que os disparos também expuseram terceiros a risco. A perícia constatou que os disparos dirigiram-se exclusivamente contra João, sem risco concreto a outras pessoas.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) O crime de perigo para a vida ou saúde de outrem incide em concurso material cumulativo com a tentativa de homicídio.
(B) O delito de perigo absorve a tentativa de homicídio.
(C) Trata-se de concurso formal impróprio.
(D) Aplica-se o princípio da subsidiariedade, prevalecendo o crime de tentativa de homicídio.
(E) Incide o princípio da alternatividade tornando correta a dupla imputação ministerial.

2

Durante o cumprimento de um mandado de prisão, o suspeito Tício reage e efetua um disparo de arma de fogo contra o Policial Civil Caio, atingindo-o na região abdominal. Caio é socorrido rapidamente e levado ao hospital.

Após a cirurgia bem-sucedida na extração do projétil, o hospital foi atingido por um incêndio de grandes proporções, provocado por um curto-circuito na rede elétrica do prédio. Caio veio a morrer em decorrência da inalação de fumaça tóxica e das queimaduras sofridas no incêndio.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Tício praticou o crime de homicídio consumado, pois o incêndio ocorreu quando a vítima estava no hospital em razão do disparo, aplicando-se a teoria da equivalência dos antecedentes.
(B) Tício praticou o crime de homicídio tentado, pois o incêndio é uma causa superveniente absolutamente independente, que rompe totalmente o nexo causal original.
(C) Tício praticou o crime de homicídio consumado, uma vez que o incêndio constitui um desdobramento natural e previsível do atendimento médico hospitalar de urgência.
(D) Tício praticou o crime de homicídio tentado, pois o incêndio é uma causa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado morte, rompendo o nexo de causalidade quanto ao resultado consumativo.
(E) Tício não responderá por crime contra a vida, operando-se a exclusão da tipicidade específica por incidência de caso fortuito.

3

Tício, reincidente na prática de crimes contra o patrimônio, ingressou em um supermercado, tendo subtraído para si dois frascos de desinfetante, cujo valor total perfazia o montante de R$ 12,00 (doze reais). A conduta foi percebida pelo sistema de vigilância eletrônica, resultando na abordagem de Tício logo após a saída do local, com a imediata recuperação dos itens subtraídos.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) A conduta de Tício é formal e materialmente típica, uma vez que o princípio da reserva legal impede que o intérprete da lei crie causas de exclusão de ilicitude não previstas expressamente na legislação, sob pena de violação à separação dos poderes.
(B) O princípio da insignificância atua como causa de exclusão da tipicidade material, possuindo aplicação automática baseada no valor dos itens subtraídos, sendo irrelevante a reincidência para consideração da atipicidade da conduta.
(C) A aplicação do princípio da insignificância exige a presença concomitante da mínima ofensividade da conduta, da ausência de periculosidade social da ação, do reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e da inexpressividade da lesão jurídica, sendo a reincidência um importante critério a ser sopesado na avaliação da tipicidade do comportamento.
(D) A hipótese narrada demanda a aplicação do princípio da adequação social, pois o furto de bens de valor ínfimo em supermercado é conduta razoavelmente tolerada, o que exclui a ilicitude do comportamento por ausência de contrariedade ao senso coletivo.
(E) O princípio da fragmentariedade determina que o Direito Penal deve tutelar todos os bens jurídicos com relevância econômica, independentemente da extensão da lesão, de modo que a intervenção estatal é obrigatória no caso de Tício para garantir a função retributiva da pena e a prevenção geral.

4

Ricardo, Secretário Estadual de Obras Públicas, solicitou e recebeu a quantia de cinco mil reais a título de propina para fraudar o caráter competitivo de licitação voltada à construção de uma rodovia estadual.

Para ocultar a origem ilícita dos valores recebidos em espécie, Ricardo celebrou um negócio jurídico com Amanda, proprietária de uma renomada galeria de arte, que estava ciente do cargo ocupado por Ricardo. Amanda aceitou receber os valores em dinheiro e, em contrapartida, simulou a venda de três quadros subfaturados para Ricardo, emitindo notas fiscais ideologicamente falsas. Posteriormente, Ricardo revendeu as obras de arte no mercado internacional, integrando o dinheiro ao seu patrimônio.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Ricardo cometeu apenas o crime de corrupção passiva, sendo a posterior ocultação por meio da aquisição das obras de arte mero exaurimento impunível do delito antecedente.
(B) Amanda cometeu o crime de lavagem de dinheiro sob a modalidade culposa.
(C) Ricardo responderá pelos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro em concurso material, restando configurada a hipótese típica de autolavagem.
(D) A instauração de ação penal e a eventual condenação de Amanda pelo crime de lavagem de dinheiro depende da prévia condenação judicial de Ricardo pelo crime antecedente de corrupção passiva.
(E) O crime de lavagem de dinheiro cometido por Ricardo absorve o crime de corrupção passiva por força do princípio da consunção.

5

Em único contexto fático, Rogério adquire, transporta e mantém em depósito expressiva quantidade de cocaína destinada à comercialização em vários Estados da Federação.

Uma vez preso em flagrante, o Ministério Público propõe ação penal em face de Rogério e requer sua condenação por tríplice incursão no tipo penal pertinente ao tráfico ilícito de drogas, sustentando a ocorrência de concurso material de crimes.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Configura-se concurso material, tornando cumuláveis as sanções aplicáveis a cada uma das condutas descritas.
(B) Cada conduta descrita no tipo penal corresponde a crimes em concurso formal, devendo as penas ser exasperadas.
(C) Incide o princípio da especialidade, aplicando-se a norma mais específica sobre as condutas narradas.
(D) Incide o princípio da consunção, absorvendo-se o transporte pela aquisição
(E) Incide o princípio da alternatividade, respondendo o agente por um único delito.

6

Com o objetivo de subtrair diversos aparelhos eletrônicos de uma residência, Marcos rompe a porta principal do imóvel de Roberto, ingressa na casa e consuma a subtração dos bens. O Ministério Público denuncia Marcos pela prática dos crimes de dano qualificado e furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Há concurso material entre dano qualificado e furto qualificado.
(B) O crime de dano qualificado é absorvido pelo furto qualificado em razão do princípio da consunção.
(C) Incide o princípio da especialidade, aplicando-se exclusivamente o delito de dano.
(D) Há concurso formal impróprio entre os delitos.
(E) Os crimes permanecem autônomos porque tutelam bens jurídicos distintos.

7

Pedro, servidor público municipal, apropriou-se de valores pertencentes à Administração Pública, dos quais tinha a posse em razão do cargo. O Ministério Público ofereceu denúncia imputando-lhe, em concurso material, a prática dos crimes de peculato e de apropriação indébita, sustentando que ambos os tipos penais descrevem a conduta praticada.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Os delitos devem ser reconhecidos em concurso formal, pois uma única conduta violou dois tipos penais distintos.
(B) Incide o princípio da especialidade, aplicando-se exclusivamente o delito de peculato.
(C) Os crimes configuram concurso material, impondo-se a soma das penas.
(D) Incide o princípio da consunção, absorvendo-se o peculato pela apropriação indébita.
(E) Incide o princípio da subsidiariedade tácita, prevalecendo a apropriação indébita.

8

Durante uma competição esportiva profissional, Caio utiliza um equipamento tecnológico para interferir, à distância, no funcionamento dos dispositivos eletrônicos de cronometragem, obtendo vantagem financeira em aplicativos de apostas esportivas.

O Ministério Público requer a condenação do agente pela prática de crime previsto em lei, o qual pune especificamente a invasão de sistema informático mediante acesso não autorizado. Constatou-se, contudo, que a conduta praticada consistiu em interferência eletromagnética no equipamento de cronometragem, não havendo violação a sistema informático.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) O Juízo poderá empregar analogia porque a finalidade da norma é proteger sistemas eletrônicas de maneira genérica.
(B) A lacuna normativa poderá ser suprida por analogia, desde que inexistente norma específica sobre a matéria.
(C) O fato poderá ser considerado típico mediante interpretação extensiva do dispositivo penal.
(D) A analogia em prejuízo do réu é incompatível com o princípio da legalidade, razão pela qual a conduta não poderá ser enquadrada no referido tipo penal.
(E) A ausência de previsão legal poderá ser suprida pelos costumes, que constituem fonte formal imediata do Direito Penal.

9

Determinado município do Estado do Paraná publicou edital de licitação para a construção de um Hospital e, logo após, representantes de cinco sociedades empresárias reuniram-se reservadamente para ajustar que apenas a Construtora Nova Creta apresentaria proposta economicamente competitiva.

As demais empresas apresentariam propostas deliberadamente superiores apenas para conferir aparência de competição ao certame. Em contrapartida, a Nova Creta subcontrataria parcelas específicas da obra, repartindo entre todas os ganhos superfaturados decorrentes da contratação.

Durante a sessão pública, todas as empresas efetivamente apresentaram propostas e a Construtora Nova Creta foi declarada vencedora. Todavia, antes da homologação do resultado, a partir de denúncia anônima, identificou-se o conluio e o procedimento licitatório foi anulado. O contrato administrativo não chegou a ser firmado e não foi paga qualquer quantia pelos cofres públicos.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta em relação aos representantes legais das empresas licitantes.

(A) Apenas a sociedade empresária declarada vencedora responde criminalmente, pois as demais não obtiveram vantagem de qualquer natureza em desfavor da Administração Pública.
(B) Os agentes praticam o crime de frustração do caráter competitivo de licitação na forma tentada, porque o contrato administrativo não foi celebrado e nenhuma vantagem patrimonial foi efetivamente recebida.
(C) A conduta é penalmente atípica, embora o cartel firmado configure uma infração à ordem econômica, submetida a sanções administrativas e pecuniárias.
(D) Os agentes praticaram o crime de estelionato na forma qualificada, mesmo não havendo prejuízo patrimonial concreto decorrente da licitação fraudada.
(E) Os agentes praticaram o crime consumado de frustração do caráter competitivo de licitação.

10

Portando documentos de identificação falsificados, Genivaldo comparece a uma locadora de veículos e, mediante demonstração de capacidade financeira simulada pelos citados documentos fraudulentos, celebra contrato de locação de um veículo, pelo período de uma semana.

A investigação policial logrou apurar que, desde o instante em que ingressou no estabelecimento, a confessada intenção originária de Genivaldo era a de não devolver o bem e aliená-lo no mercado clandestino. De fato, uma vez na posse do veículo, Genivaldo instalou placas clonadas e prontamente o vendeu a um receptador em outro Estado da Federação.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta quanto à classificação típica do comportamento de Genivaldo.

(A) Houve prática do crime de estelionato simples porque o dolo de assenhoreamento era antecedente e a posse do automóvel foi obtida mediante induzimento e manutenção da vítima em erro por meio de fraude.

(B) Houve prática do crime de apropriação indébita qualificada em razão da profissão ou ofício porque a posse inicial do veículo decorreu de relação contratual de locação hígida.

(C) Houve prática do crime de furto qualificado por fraude porque a fraude foi empregada para ludibriar a vigilância dos funcionários da locadora e viabilizar a subtração do bem.

(D) Houve concurso material entre os crimes entre o uso de documento falso e de apropriação Indébita.

(E) Houve prática de mero ilícito civil relativo ao inadimplemento de contrato de locação, impondo-se o trancamento da persecução penal ante o princípio da intervenção mínima.

11

João, policial militar de folga, praticou, em 15 de março de 2024, um crime cuja pena prevista em lei era de reclusão de 4 a 10 anos. Antes do recebimento da denúncia, entrou em vigor nova lei que reduziu a pena para reclusão de 2 a 6 anos, mantendo inalterados os demais elementos do tipo penal. Durante a tramitação da ação penal, uma terceira lei restabeleceu a pena anterior, fixando novamente a sanção em reclusão de 4 a 10 anos.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Deve ser aplicada a terceira lei, pois ela estava em vigor na data da sentença, prevalecendo o princípio segundo o qual a lei do momento rege o ato.

(B) Deve ser aplicada a primeira lei, pois era a vigente na data da prática da infração penal, sendo vedada qualquer retroatividade da lei penal.

(C) Deve ser aplicada a segunda lei, por ser mais benéfica ao réu, retroagindo para alcançar fatos anteriores, ainda que posteriormente revogada.

(D) Deve ser aplicada a terceira lei, pois a revogação da lei intermediária impede a incidência de seus efeitos sobre processos em andamento.

(E) Deve ser aplicada a combinação entre a primeira e a segunda lei, utilizando-se a pena mínima da segunda e a pena máxima da primeira, em observância ao princípio da individualização da pena.

12

Thiago, maior e capaz, atua como administrador de um grupo virtual de mensagens intitulado “Desafio dos Guerreiros”, sendo dedicado a competições de automutilação. Nesse contexto, mesmo sabendo que Luana, de 13 anos e 11 meses de idade, passava por crises depressivas severas, Thiago passa a enviar-lhe instruções diárias, instigando-a a realizar sucessivos cortes nos braços e, finalmente, ingerir medicamentos para alcançar a pontuação máxima. Influenciada por Thiago, Luana ingere substâncias em quantidade letal e vem a óbito.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta quanto à classificação da conduta de Thiago.

(A) Houve prática do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio qualificado pelo resultado morte, com incidência da causa de aumento de pena pelo uso de rede social ou internet.

(B) Houve prática do crime de homicídio qualificado contra menor de 14 anos, haja vista que a vítima não possuía a idade mínima legal para o livre exercício de sua autodeterminação.

(C) Houve prática do crime de homicídio culposo, uma vez que Thiago não realizou atos executórios diretos contra a vida de Luana, tendo agido com imperícia.

(D) O fato narrado é criminalmente atípico, subsistindo, entretanto, a infração administrativa prevista na legislação ante a facilitação de acesso a conteúdo inadequado para menores.

(E) Houve prática do crime de induzimento ao suicídio na forma simples, operando-se a exclusão da qualificadora relativa à morte pela ausência de contato físico direto autor e vítima.

13

Desde dezembro de 2025, Lucas manteve, em seu depósito, para fins de comercialização, grande quantidade de drogas ilícitas. Em fevereiro de 2026, entrou em vigor uma nova lei penal que aumentou significativamente as penas mínima e máxima para o crime de tráfico de drogas. Em março de 2026, a autoridade policial realizou a busca e apreensão, efetuando a prisão em flagrante de Lucas e a apreensão das drogas.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Aplica-se a lei antiga por ser mais benéfica, pois o início da conduta criminosa ocorreu sob a sua vigência, razão pela qual incide o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

(B) Aplica-se a lei nova por se tratar de crime permanente, cuja consumação se prolongou no tempo a ponto de alcançar a legislação que vigorava quando cessou a conduta delitiva.

(C) Nenhuma das leis é aplicável, pois o fato deve ser considerado formalmente atípico em razão do intransponível conflito normativo existente na data da prisão.

(D) Aplica-se a lei antiga, contudo, deverá ser fixada a pena-base acima do mínimo legal, pois a legislação mais recente é o vetor interpretativo da gravidade concreta do fato.

(E) Aplica-se a lei em vigor na prolação da sentença condenatória, independentemente de ser mais benéfica ou rigorosa, em razão do princípio de que o tempo rege o ato processual.

14

Numa cidade do interior do Paraná, o Delegado de Polícia Civil apurou que Caio e Tício praticaram, em coautoria, o crime de dano qualificado contra o patrimônio de Adolfo.

Durante o inquérito policial, Caio prosseguiu falando mal de Tício aos frequentadores da praça local. Por se tratar de crime de ação penal privada, Adolfo ofereceu queixa-crime apenas contra Caio, omitindo deliberadamente Tício na peça acusatória, pois entendeu que, por ser seu amigo de infância, este merece uma “segunda chance".

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) O juiz deverá receber a queixa-crime contra Caio e determinar que o Ministério Público adite-a com o objetivo obrigatório de incluir Tício, sob pena de nulidade absoluta.

(B) A omissão voluntária em relação a Tício importa em renúncia tácita ao direito de queixa, a qual, por força do princípio da indivisibilidade, estende-se a Caio, gerando a extinção da punibilidade de ambos.

(C) O princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal privada propriamente dita, mas apenas à ação penal privada subsidiária da pública, razão pela qual o processo seguirá normalmente contra Caio.

(D) A vítima poderá, a qualquer tempo, conceder perdão a Tício, o que não aproveitará a Caio, visto que este último manifestou comportamento hostil durante o inquérito policial.

(E) O Ministério Público deve intervir para oferecer denúncia substitutiva, transformando a ação penal privada em ação penal pública incondicionada, por força da violação da urbanidade e da boa-fé processual.

15

Durante investigação conduzida pela Polícia Civil, verificou-se que Caio, primário e sem antecedentes criminais, foi preso transportando dezoito quilos de cocaína entre dois Estados da Federação. As interceptações telefônicas revelaram que ele realizou esse tipo de transporte mensalmente, mediante remuneração e por cerca de um ano, sempre utilizando veículos alugados. Não há prova de que Caio integrasse estrutura estável de organização criminosa, tampouco de que participasse das decisões grupais sobre aquisição, armazenamento ou distribuição da droga.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) O tráfico privilegiado deve ser obrigatoriamente reconhecido no caso narrado, pois a inexistência de vínculo com organização criminosa é suficiente para sua incidência.

(B) O tráfico privilegiado é incompatível apenas com a reincidência específica em tráfico de drogas, tendo os demais requisitos legais caráter apenas exemplificativo.

(C) O tráfico privilegiado pode ser afastado em razão da demonstração de dedicação a atividades criminosas, ainda que inexistente prova de integração em organização criminosa.

(D) O tráfico privilegiado somente pode ser afastado mediante condenação penal transitada em julgado por qualquer crime anterior.

(E) O tráfico privilegiado deve ser reconhecido porque a dedicação a atividades criminosas somente pode ser demonstrada por condenações criminais definitivas e específicas.

16

Mediante cooperação internacional, investigadores da Polícia Civil brasileira identificaram indícios de que, em janeiro de 2026, Roberto, cidadão brasileiro, praticou o crime de estelionato qualificado contra uma autarquia pública do governo uruguaio em Montevidéu, local onde reside. O fato é punível pelo Art. 347 do Código Penal uruguaio, sob a denominação de estafa. Constatou-se que o agente ainda não havia sido processado ou julgado no exterior. Sabendo que, em julho de 2026, Roberto realizou uma viagem de férias e se encontrava hospedado na cidade de Porto Alegre/RS, a autoridade policial analisou a viabilidade de instauração de inquérito policial no Brasil.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) O Brasil não possui jurisdição sobre o fato, pois o crime foi integralmente cometido no exterior por cidadão brasileiro contra cidadão estrangeiro, razão pela qual incide o princípio da territorialidade absoluta.

(B) Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada com base no princípio da personalidade ativa, bastando o fato de o autor ser brasileiro para que a lei nacional seja aplicada, independentemente de qualquer outro requisito.

(C) A lei penal brasileira poderá ser aplicada ao caso por meio da extraterritorialidade condicionada, desde que preenchidos cumulativamente os requisitos legais, entre os quais figuram o ingresso do agente no território nacional e a dupla tipicidade.

(D) Aplica-se a lei brasileira de forma incondicionada com base no princípio do pavilhão, uma vez que o agente foi localizado em território nacional após a prática do delito.

(E) A persecução penal no Brasil é inviável porque o crime de estelionato é de ação penal pública condicionada à representação da vítima, sendo vedada a aplicação da lei penal brasileira se o sujeito passivo for pessoa jurídica de direito público estrangeira.

17

Tício, Mévio e Caio associaram-se, de forma estruturada, permanente e mediante divisão de tarefas, com o objetivo inicial de cometer crimes de roubo de carga nas rodovias.

Contudo, em razão do aumento do patrulhamento policial na região, o trio decidiu mudar a estratégia de atuação, passando a portar fuzis e instalar barricadas de concreto para controle dos acessos à comunidade onde residem. Sob constantes ameaças de morte, o grupo passou a impor controle social, cobrando "taxa de segurança" em desfavor de prestadores de serviços, tais como técnicos de internet e fornecedores de gás, e coagindo moradores locais.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) O grupo não pode ser classificado como organização criminosa de qualquer espécie, haja vista que não atingiu o número mínimo de integrantes, sendo este um requisito legal genericamente exigível.

(B) Não restou caracterizada uma organização criminosa, pois não houve menção à prática de crime hediondo, razão pela qual o trio cometeu, em concurso material, os delitos de associação criminosa armada e extorsão qualificada.

(C) O domínio social estruturado configura delito material, razão pela qual é exigível, para a sua consumação, que os agentes logrem êxito em banir as forças de segurança pública do território dominado por mais de trinta dias.

(D) Tício, Mévio e Caio praticaram o crime de domínio social estruturado em concurso material com o delito de organização criminosa comum.

(E) Tício, Mévio e Caio praticaram o crime de domínio social estruturado, pois se associaram para, mediante emprego de grave ameaça armada, impor controle territorial, caracterizando uma organização criminosa ultraviolenta.

18

Logo após o parto, sob a influência do estado puerperal, Marta decide ceifar a vida de seu próprio filho recém-nascido. Para tanto, solicita o auxílio de seu companheiro, Cláudio, que não é o pai da criança, mas possui pleno conhecimento da condição de Marta e do estado puerperal em que ela se encontra. Cláudio adere dolosamente ao plano e, enquanto Marta vigia a porta do quarto para garantir a execução do ato sem interrupções, ele asfixia o recém-nascido, causando-lhe a morte.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Marta responde pelo crime de infanticídio e Cláudio responde pelo crime de homicídio qualificado pela asfixia, pois o estado puerperal é condição personalíssima, sendo absolutamente incomunicável ao coautor.

(B) Cláudio e Marta respondem pelo crime de homicídio qualificado em coautoria, pois a teoria monista estrita estabelece que todos os que concorrem para o crime respondem pelo mesmo tipo penal, prevalecendo, no conflito de normas, o crime de maior gravidade em detrimento do crime privilegiado.

(C) Ambos respondem pelo crime de infanticídio em coautoria, pois a condição pessoal de mãe de Marte e seu estado puerperal configuram elementares do tipo penal e comunicam-se a Cláudio, que delas tinha pleno conhecimento no momento da conduta.

(D) Marta responde por infanticídio na qualidade de autora, enquanto Cláudio responde pelo mesmo crime, mas na qualidade de partícipe, com incidência obrigatória da causa de diminuição de pena pela participação de menor importância.

(E) Cláudio responde por homicídio simples e Marta por infanticídio, aplicando-se a teoria pluralista, que determina a fragmentação das condutas em tipos penais autônomos sempre que um dos concorrentes não preencher as qualidades pessoais exigidas pelo tipo penal especial.

19

Teobaldo, proprietário de um estabelecimento denominado "Clube do Pagonejo", foi alvo de fiscalização após reiteradas reclamações de perturbação do sossego formuladas por moradores vizinhos. No local, os policiais civis utilizaram aparelhos de medição técnica devidamente calibrados e constataram a elevada emissão de ruídos em zona residencial na qual o limite regulamentar era bem inferior.

Diante da ausência de perito oficial no momento do flagrante, os agentes colheram depoimentos de testemunhas, que relataram episódios frequentes de danos à saúde, tais como insônia, estresse e dores de cabeça. Todavia, não foi elaborado laudo médico-pericial formal para atestar lesões clínicas efetivas à integridade física ou psíquica dos vizinhos.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Trata-se de fato atípico em relação à proteção ambiental, configurando-se apenas a contravenção penal de perturbação do sossego alheio, uma vez que a poluição sonora exige prova pericial técnica sobre dano efetivo à saúde humana.

(B) A conduta amolda-se ao crime de poluição ambiental, sendo suficiente a potencialidade do dano à saúde humana para sua configuração, prescindindo-se de laudo pericial técnico para a comprovação da materialidade delitiva.

(C) A poluição ambiental classifica-se como delito de perigo concreto e de natureza material, o que torna indispensável a realização de perícia técnica para atestar o nexo causal entre os ruídos e a patologia desenvolvida pelas vítimas.

(D) Embora o crime de poluição ambiental seja formal, a ausência de exame de corpo de delito direto acarreta a nulidade da prisão em flagrante por falta de demonstração da materialidade do crime.

(E) Configura-se o conflito aparente de normas no qual a incidência da contravenção penal de perturbação do sossego afasta o crime de poluição ambiental por força do critério da especialidade.

20

Durante o cumprimento de um mandado de busca para apreensão de entorpecentes ilícitos em uma residência, o Policial Civil Marcos depara-se com indivíduo com atitude suspeita, Roberto, que tenta evadir-se pulando a janela. Agindo com estrito cumprimento do dever legal e de forma técnica, Marcos consegue imobilizar Roberto no chão da sala, algemando-o sem causar-lhe qualquer lesão. Contudo, devido ao extremo nervosismo e estresse decorrentes da imobilização forçada e da própria operação policial, Roberto, que sofria de uma cardiopatia grave, fato desconhecido por Marcos e impossível de ser previsto no momento, sofre um infarto fulminante e falece no local.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Marcos praticou o crime de homicídio culposo, uma vez que, aplicando-se o método da eliminação hipotética, se a conduta de imobilização for retirada do plano dos fatos, o infarto não teria ocorrido naquele momento.

(B) Trata-se de hipótese de causa superveniente relativamente independente que por si só produziu o resultado, operando-se a ruptura do nexo causal e fazendo com que Marcos responda apenas pelos eventuais atos ilícitos até então praticados.

(C) Sob a ótica da imputação objetiva, a conduta de Marcos é atípica, pois ele atuou respaldado pelo ordenamento jurídico, não tendo criado ou incrementado um risco proibido juridicamente relevante para o resultado morte.

(D) Há nexo de causalidade físico e normativo, devendo Marcos responder por homicídio preterdoloso, uma vez que houve dolo na conduta de imobilização e culpa no resultado morte, gerado pela vulnerabilidade biológica da vítima.

(E) A cardiopatia de Roberto configura causa preexistente absolutamente independente, o que exclui integralmente o nexo de causalidade em sua dimensão puramente naturalística.

Direito Processual Penal

21

Sobre o acordo de colaboração premiada, assinale a afirmativa correta.

(A) O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, devendo ser negociado em audiência judicial especialmente designada, com a presença do Delegado de Polícia ou do ministério público, do investigado ou do réu, conforme o caso, e do defensor técnico.

(B) O Delegado de Polícia pode firmar com o investigado acordo de colaboração premiada, desde que haja a anuência do Ministério Público.

(C) Ficam garantidos todos os direitos constitucionais do réu colaborador, inclusive o direito ao silêncio em seu depoimento judicial.

(D) Após realizado o acordo, o Juiz poderá ouvir o réu colaborador, acompanhado de seu defensor, se entender necessário para aferir sua voluntariedade.

(E) O juiz poderá decretar medidas cautelares e receber a denúncia com fundamento apenas nas declarações do colaborador, mas a prolação de sentença condenatória, depende de provas independentes de corroboração.

22

A respeito do inquérito policial, assinale a afirmativa correta.

(A) Em vista dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o Delegado de Polícia deve intimar o advogado do investigado para o ato de inquirição da vítima e das testemunhas, podendo o advogado comparecer e formular as perguntas que entender pertinentes.

(B) Nos termos da jurisprudência do STF, não é admissível a instauração de inquérito policial com base em denúncia anônima, devendo a autoridade policial promover o imediato arquivamento da *notícia criminis*, comunicando o fato ao ministério público e ao juiz das garantias.

(C) Dada a natureza sigilosa do inquérito policial, o advogado do investigado só poderá ter vista dos autos após o encerramento da investigação, mediante requerimento ao juiz das garantias, ouvido o ministério público.

(D) O indiciamento, privativo do Delegado de Polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

(E) Caso o investigado confesse os fatos no interrogatório policial, o Delegado de Polícia formulará proposta de acordo de não persecução penal, garantida a presença da defesa técnica. Firmado o acordo, os autos serão remetidos ao juiz das garantias para homologação.

23

Caio é assaltado à mão armada no dia 10/8/26 às 22 h. O criminoso, ameaçando Caio com uma arma de fogo, exigiu que ele lhe entregasse seu automóvel, e empreendeu fuga, deixando-o sozinho em local ermo e mal iluminado.

Caio registrou a ocorrência na delegacia de polícia no dia seguinte pela manhã. No dia 13/8/26, às 20 h, a polícia militar localizou o carro roubado em poder de Tício, em um bairro distante daquele em que ocorrera o roubo. Conduzido à delegacia, Tício informou que o carro lhe havia sido emprestado por um vizinho, e que não tinha conhecimento de que se tratava de produto de crime.

Considerando tal narrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) O Delegado de Polícia deve lavrar auto de prisão em flagrante, já que Tício estava em situação de flagrante presumido do crime de roubo.

(B) O Delegado de Polícia deve lavrar auto de prisão em flagrante, já que Tício estava em situação de flagrante impróprio do crime de roubo.

(C) O Delegado de Polícia deve lavrar auto de prisão em flagrante pelo crime de receptação, caso entenda que há indícios de que Tício sabia que o veículo era roubado.

(D) Caio deve ser chamado à delegacia de polícia para identificar Tício. Caso o reconhecimento seja positivo, Tício será preso em flagrante delito por roubo, independentemente do tempo transcorrido entre o fato e sua detenção.

(E) O Delegado de Polícia não deve lavrar auto de prisão em flagrante, devendo conduzir *incontinenti* Tício à audiência de custódia, para que o juiz competente delibere se Tício está em situação de flagrante delito.

24

As hipóteses que autorizam a decretação da prisão preventiva do investigado ou réu, no curso da investigação criminal ou do processo judicial incluem as a seguir listadas, ***exceto uma***. Assinale-a.

(A) Comportamentos adotados pelo agente que indiquem que tentará se furtar da aplicação da lei penal.

(B) Comportamentos adotados pelo agente que coloquem em risco a boa condução da investigação ou da instrução criminal.

(C) Presença de risco à ordem pública aferido pela periculosidade do agente, considerando a gravidade abstrata do delito.

(D) Presença de risco à ordem pública aferido pela periculosidade do agente, considerando fundado receio de reiteração delitiva.

(E) Presença de risco à ordem pública aferido pela periculosidade do agente, considerando a participação em organização criminosa.

25

Em investigação que apura crime de falsificação de medicamentos, Delegado da Polícia Civil representa pela decretação de busca e apreensão no domicílio do investigado, perante o Juiz de Direito competente. Deferida a diligência, a autoridade policial apreende em poder do investigado computador que contém farto material pornográfico com participação de crianças, composto de fotos e vídeos, que eram disponibilizados pelo investigado na rede mundial de computadores.

Concluídas as diligências investigatórias, a autoridade policial elabora relatório final e envia os autos ao promotor de justiça. Considerada tal narrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) A medida de busca e apreensão é nula, pois a competência para processar e julgar crime de publicação de material pedopornográfico na internet é da Justiça Federal, tendo a medida sido decretada por juiz absolutamente incompetente.
(B) A medida de busca e apreensão é nula, pois apenas o Ministério Público tem atribuição legal para requerer tal medida ao juiz, não tendo a autoridade policial legitimidade para fazê-lo.
(C) A medida de busca e apreensão é válida, pois a competência para processar e julgar crime de publicação de material pedopornográfico na internet é da Justiça Estadual, tendo a medida sido decretada pelo juiz competente.
(D) A medida de busca e apreensão é nula, pois o material apreendido não tinha relação com o objeto da investigação em curso. O mandado só autorizava a apreensão de evidências da prática do crime de falsificação de medicamentos.
(E) A medida de busca e apreensão é válida, pois a hipótese é de encontro fortuito de provas. O material apreendido, embora não tenha relação com a investigação em curso, é prova válida, aplicando-se ainda a teoria do juiz aparentemente competente.

26

João é investigado por estelionato, tendo em vista ter ludibriado Maria, enviando-lhe uma mensagem pelo celular, fazendo de conta que se tratava de seu filho. Usando tal expediente, convenceu a vítima a lhe fazer uma transferência bancária no valor de cinco mil reais. João não teve sua prisão decretada no curso da investigação.

Considerando tal narrativa, a respeito do prazo de que o Delegado dispõe para a conclusão do inquérito policial, assinale a afirmativa correta.

(A) O prazo é de dez dias prorrogável por igual período.
(B) O prazo é de dez dias prorrogável por quinze dias.
(C) O prazo é de trinta dias prorrogável por igual período.
(D) O prazo é de trinta dias, podendo a autoridade policial solicitar prorrogação desse prazo se o fato for de difícil elucidação.
(E) Não há fixação de prazo para a conclusão do inquérito policial nessa hipótese.

27

A respeito do procedimento de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, avalie as afirmativas a seguir.

I. Durante a oitiva, a criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.
II. O depoimento especial será realizado por profissionais especializados perante a autoridade policial ou judiciária.
III. O depoimento especial deve ser realizado na fase de investigação e repetido em juízo, devendo seguir todos os protocolos para proteção da criança ou do adolescente.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

28

A respeito do rito do Tribunal de Júri, assinale a afirmativa correta.

(A) Em vista do princípio da plenitude de defesa, sempre que uma pessoa for condenada por um único crime pelo Júri a pena de 20 anos de reclusão ou superior, terá direito a um novo julgamento.
(B) Após os debates, os jurados se recolhem a uma sala secreta, na qual devem discutir a causa entre eles, anunciando posteriormente o veredicto. Em caso de condenação, caberá ao juiz presidente aplicar a pena.
(C) Ainda que o réu não tenha sido pronunciado por homicídio qualificado, o promotor pode solicitar aos jurados que reconheçam qualificadora, desde que descrita na denúncia, em decorrência do princípio da soberania dos veredictos.
(D) A pronúncia, as decisões posteriores que julgaram admissível a acusação, o interrogatório e as alegações das partes servirão de base para a elaboração de quesitos pelo juiz presidente aos jurados.
(E) Caso, na resposta aos quesitos, os jurados procedam à desclassificação de homicídio doloso para homicídio culposo, o julgamento será concluído, devendo os autos ser remetidos para a vara criminal competente.

29

Promotor de justiça requisita ao Delegado de Polícia a instauração de inquérito policial para apurar suposto crime de corrupção passiva praticado pelo auditor fiscal Caio. O ofício requisitório é instruído com notícia de crime apresentada por empresário, instruída de *prints* de conversas de WhatsApp travadas entre ele e o auditor, nas quais este lhe teria solicitado determinado valor em dinheiro, para que sua empresa não fosse alvo de fiscalização.

Considerando tal narrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) Os *prints* de WhatsApp são prova válida de natureza documental, desde que o conteúdo das conversas seja corroborado pelo depoimento do empresário denunciante.

(B) Os *prints* de WhatsApp não são prova válida, devendo a autoridade policial diligenciar para obter o arquivo digital original de onde foram extraídas as conversas, a fim de verificar a integridade da prova e a preservação da cadeia de custódia.

(C) Os *prints* de WhatsApp são prova válida e gozam de presunção de autenticidade, cabendo à defesa do investigado disponibilizar seu aparelho celular para perícia, caso pretenda impugnar o conteúdo das conversas.

(D) Os *prints* de WhatsApp não são prova válida, pois a interceptação da conversa travada entre o auditor e o empresário no celular teria que ser precedida por decisão fundamentada da autoridade judicial competente.

(E) Os *prints* de WhatsApp são prova válida de natureza documental, devendo ser valorada pelo juiz competente em cotejo com as demais provas produzidas no processo, aplicando-se o princípio do livre convencimento motivado.

30

Em 10 de março de 2020, Delegado de Polícia instaura inquérito policial, com base em *notitia criminis,* para apurar crime de fraude à licitação, envolvendo o empresário Caio e o gestor público Tício.

A autoridade policial realiza apenas algumas diligências iniciais, contudo, em decorrência do acúmulo de serviço na delegacia, o inquérito não é concluído, transcorrendo o lapso temporal de cinco anos. Inconformado com a situação, Caio procura um advogado para obter orientação.

Considerando que, na hipótese, não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva do crime investigado, assinale a afirmativa correta.

(A) Não cabe *habeas corpus* para trancamento do inquérito policial, dado que a prescrição da pretensão punitiva não ocorreu, e os investigados não estão presos.

(B) O advogado de Caio poderá impetrar *habeas corpus* perante o juiz das garantias, solicitando o trancamento do inquérito policial, por violação do direito ao prazo razoável.

(C) O advogado de Caio poderá impetrar *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, solicitando o trancamento do inquérito policial, por violação do direito ao prazo razoável.

(D) O advogado de Caio poderá requerer ao juiz da instrução e julgamento o arquivamento da investigação, por ausência de justa causa.

(E) O ministério público, no exercício do controle externo das polícias, poderá avocar o inquérito policial, designando outro Delegado de Polícia para realizar as diligências faltantes.

31

A adolescente Maria é estuprada e, ao chegar em casa, é levada por sua mãe para uma clínica de pronto atendimento médico, onde é examinada e medicada. A princípio, Maria não quis ir à delegacia de polícia registrar a ocorrência. Algumas semanas depois, contudo, apoiada por sua família e amigos, Maria decide tomar tal providência. Tomado seu depoimento, a autoridade policial encaminha Maria para fazer exame de corpo de delito, mas os vestígios do crime já haviam desaparecido.

Considerando tal narrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) Não é mais possível produzir prova da materialidade delitiva, em vista do desaparecimento dos vestígios, ficando inviabilizada a responsabilização criminal do agente.

(B) O médico particular que realizou o exame no dia dos fatos deve ser nomeado perito, prestando para isso o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

(C) No caso de crimes contra a dignidade sexual, a palavra da vítima possui maior credibilidade, o que torna dispensável a produção de prova técnica da materialidade delitiva.

(D) A autoridade policial deve intimar o autor do fato para interrogatório. Havendo confissão, é desnecessária a produção de prova técnica.

(E) Deve ser realizado o exame de corpo de delito indireto, devendo o perito oficial analisar os prontuários médicos produzidos no dia do fato, podendo-se colher ainda prova testemunhal.

32

Maria Aparecida é presa em flagrante ao furtar uma caixa de leite em um supermercado. Conduzida à delegacia de polícia, é lavrado o auto de prisão em flagrante e instaurado o inquérito policial.

Após a realização das diligências investigatórias e do interrogatório da investigada, a Autoridade Policial conclui que se trata de furto famélico e que, considerando o pequeno valor da coisa furtada, não há crime, incidindo o princípio da insignificância penal.

Considerando tal narrativa, assinale a opção correta.

(A) O Delegado de Polícia deverá, por despacho fundamentado, proceder ao arquivamento dos autos do inquérito policial.

(B) O Delegado de Polícia deverá relatar o inquérito policial, remetendo os autos ao juiz ou diretamente ao ministério público, quando prevista a tramitação direta.

(C) O Delegado de Polícia deverá remeter os autos do inquérito policial ao Secretário de Segurança Pública para que seja promovido o arquivamento.

(D) O Delegado de Polícia deverá proceder ao acautelamento do inquérito policial em cartório, até que transcorra o prazo prescricional.

(E) O Delegado de Polícia deverá proceder ao desindiciamento da investigada, revogando sua prisão cautelar.

33

Caio, servidor público, é condenado por juiz de direito, à pena de 5 anos de reclusão, pela prática de peculato, por ter se apropriado de um computador de que tinha posse em razão de seu cargo. Na sentença, o juiz decreta a prisão preventiva de Caio, que até então respondia ao processo em liberdade. Intimadas as partes, o promotor de justiça não recorre da sentença. A defesa interpõe recurso de apelação, pedindo que o réu seja absolvido por insuficiência de provas.

Considerando tal narrativa, assinale a opção correta.

(A) Ao analisar a apelação, o Tribunal de Justiça poderá absolver Caio, reduzir sua pena ou reconhecer uma nulidade processual de ofício, dado o efeito devolutivo amplo da apelação da defesa.

(B) Ao analisar a apelação, o Tribunal deve se ater ao pedido formulado na apelação, decidindo se a condenação deve ser mantida ou se Caio deve ser absolvido por insuficiência de provas.

(C) Caso identifique erro na aplicação da pena, o Tribunal poderá corrigir a dosimetria, mesmo que aplique a Caio pena mais grave do que a estabelecida na sentença.

(D) O Tribunal só poderá conhecer da apelação se Caio se recolher à prisão. Em caso de fuga, a apelação será considerada deserta.

(E) Não cabe apelação da sentença penal condenatória nesse caso, podendo ser impetrado *habeas corpus*.

34

Considerando a estrutura acusatória do processo penal brasileiro, assinale a afirmativa correta.

(A) O ministério público é titular da ação penal pública, mas o juiz pode de ofício corrigir a denúncia, quando a instrução criminal revelar a existência de elementar ou circunstância não contida na acusação, que altere a classificação típica.

(B) Sem prejuízo de requerimento do ministério público ou de representação da autoridade policial, o juiz poderá decretar quaisquer medidas cautelares pessoais ou patrimoniais de ofício, fundamentando sua decisão.

(C) As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha. Cabe ao juiz conduzir a audiência indeferindo perguntas impertinentes, podendo, sobre pontos não esclarecidos, complementar a inquirição.

(D) A iniciativa probatória é somente das partes. É vedado ao juiz determinar, no curso da instrução ou antes de proferir sentença, diligências probatórias para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

(E) A atuação do juiz na fase investigatória, deliberando sobre matérias sujeitas à reserva judicial, o torna prevento para julgar a ação penal correspondente.

35

O prefeito do município ALFA, inconformado com o fato de sua namorada ter engravidado, a convence a realizar um aborto, levando-a a uma clínica clandestina para tal fim, no município vizinho DELTA. Ambos os municípios pertencem ao Estado BETA. Durante o procedimento, a gestante, contudo, sofre uma hemorragia e vem a óbito.

Considerando tal narrativa, assinale a afirmativa correta.

(A) A competência para julgar o prefeito é do Tribunal de Justiça de BETA e a competência para julgar o médico que fez o procedimento é do tribunal de júri do município DELTA.

(B) A competência para julgar o prefeito e o médico é do Tribunal de Justiça de BETA, prevalecendo o foro por prerrogativa de função também para o médico, em vista da conexão.

(C) A competência para julgar o prefeito é do tribunal de júri do município ALFA e para julgar o médico é do tribunal de júri do município DELTA.

(D) A competência para julgar o prefeito e o médico é da vara criminal especializada em crimes de gênero do município DELTA.

(E) A competência para julgar o prefeito e o médico é do Tribunal de Júri do município DELTA, local em que se consumou o crime.

36

Delegado de Polícia intima Tício para prestar depoimento como testemunha em inquérito policial que apura a atuação de uma organização criminosa voltada para o tráfico de entorpecentes, e este comparece sem estar acompanhado de advogado.

Advertido sobre o dever de dizer a verdade, Tício admite que integrava a organização criminosa, cooptando jovens para efetuar a venda de drogas no varejo na cidade de Curitiba. No mesmo depoimento, Tício revela a identidade de seu comparsa Caio, fornecendo seu endereço e número de telefone.

Munido de mandado de busca e apreensão expedido pelo Juiz das Garantias competente, a autoridade policial encontra na residência de Caio grande quantidade de cocaína.

Sobre o depoimento de Tício, é correto afirma que

A) é ilícito, pois embora tenha sido intimado como testemunha, claramente se tratava de investigado e não foi informado pela autoridade policial do direito de não se auto incriminar. Em decorrência a busca realizada na casa de Caio é ilícita por derivação.

(B) é lícito, pois ele não sofreu qualquer constrangimento quando prestou seu depoimento perante a autoridade policial. A busca realizada na casa de Caio é lícita, pois foi autorizada pelo juiz competente.

(C) é ilícito, pois embora tenha sido intimado como testemunha, claramente se tratava de investigado e não foi informado pela autoridade policial do direito de não se auto incriminar. A busca realizada na casa de Caio é lícita, pois foi autorizada por juiz competente.

(D) é lícito, pois, tratando-se de inquérito policial, não era compulsória a presença de advogado para o ato. A busca realizada na casa de Caio é ilícita, pois o juiz das garantias não é competente para deferir medida cautelar de busca e apreensão em domicílio.

(E) é ilícito, pois não tendo comparecido acompanhado por advogado, a autoridade policial deveria ter nomeado um advogado dativo para o ato. A busca realizada na casa de Caio é lícita, pois foi autorizada pelo juiz competente

37

Sobre a prisão temporária, analise as afirmativas a seguir.

I. A prisão temporária será decretada pelo juiz no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de cinco dias, prorrogável por mais cinco, em caso de extrema e comprovada necessidade. Tratando-se de crimes hediondos, tal prazo será de 30 dias, prorrogável por igual período.

II. Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

III. São requisitos para a decretação da prisão temporária a existência de indícios de autoria ou participação do indiciado na prática de crime a que seja cominada pena de reclusão, e a imprescindibilidade de sua prisão para a investigação criminal, para a garantia da aplicação da lei penal, da ordem pública e da ordem econômica.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) I, II e III.
(E) I, apenas.

38

Sobre a diligência probatória do reconhecimento de pessoas, na hipótese em que a vítima não conhece a pessoa que praticou o crime contra ela, assinale a afirmativa correta.

(A) O reconhecimento de pessoas é feito convidando-se a vítima a folhear álbuns de suspeitos mantidos na delegacia de polícia, a fim de apontar se, dentre as pessoas retratadas, estaria o autor do crime. Em nenhuma hipótese a autoridade policial deve induzir a vítima a apontar uma das pessoas retratadas como suspeita.

(B) O Delegado deve solicitar à vítima que faça a descrição da pessoa a ser reconhecida e depois deve colocar o suspeito, se possível, ao lado de outras pessoas que com ele tiverem qualquer semelhança, pedindo que a vítima aponte o autor do fato. É vedado o reconhecimento de pessoas por perfilhamento de fotografias.

(C) O Delegado deve solicitar à vítima que faça a descrição da pessoa a ser reconhecida e depois deve colocar o suspeito, se possível, ao lado de outras pessoas que com ele tiverem qualquer semelhança, pedindo que a vítima aponte o autor do fato. É autorizado o reconhecimento por exibição de fotografias, desde que seja observado o mesmo procedimento do reconhecimento pessoal.

(D) A exibição da fotografia de uma única pessoa para a vítima, embora não seja recomendada, é considerada prova válida, a ser cotejada pelo juiz com provas independentes de autoria delitiva.

(E) O procedimento de reconhecimento de pessoas previsto no Art. 226 do Código de Processo Penal é de observância obrigatória pelo Delegado de polícia no inquérito policial, mas é facultativo no processo judicial, podendo o Juiz, a seu critério, perguntar à vítima se identifica o réu como autor do fato na audiência de instrução e julgamento.

39

Promotor de justiça oferece denúncia contra Caio, acusando-o de usar documento falso para tentar obter um empréstimo em uma instituição financeira, em nome de terceiro.

O Juiz, contudo, rejeita a denúncia, sob o fundamento de ausência de justa causa, por considerar frágeis os indícios de autoria delitiva.

Considerando tal narrativa, é correto afirmar que a decisão

(A) é recorrível por recurso em sentido estrito.
(B) é recorrível por apelação.
(C) é recorrível por agravo.
(D) não é recorrível, podendo ser impugnada por mandado de segurança.
(E) não é recorrível, podendo o promotor de justiça determinar ao Delegado que prossiga nas investigações.

40

Sobre o princípio da presunção de inocência, assinale a afirmativa correta.

(A) Em decorrência da presunção de inocência, ninguém será considerado culpado até a prolação de acórdão condenatório pelo Tribunal de 2º grau, após o que deverá ser iniciado o cumprimento da pena.

(B) É vedado o uso de algemas no traslado de presos e nos atos judiciais, exceto se justificado pelos agentes policiais ou pelo Juiz que preside o ato. No Tribunal do Júri, o réu permanecerá sempre algemado.

(C) Em decorrência da presunção de inocência, o ônus de provar os fatos imputados ao réu é do Ministério Público. O ônus da prova, contudo, pode ser excepcionalmente invertido por despacho fundamentado do Juiz.

(D) O princípio da presunção de inocência não se aplica aos réus reincidentes nas hipóteses de crimes de terrorismo, organização criminosa, e atentado contra o Estado Democrático de Direito.

(E) O princípio da presunção de inocência não impede que o réu condenado pelo Tribunal de Júri inicie imediatamente o cumprimento da pena, ainda que cabível recurso de apelação.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

41

Durante uma discussão conjugal no interior da residência do casal, Tício desfere um tapa no rosto de sua companheira, Mévia, provocando-lhe equimoses e escoriações (lesão corporal de natureza leve), devidamente atestadas por laudo pericial. Conduzidos à Delegacia de Polícia Civil, Mévia afirma expressamente ao Delegado de Polícia que já se reconciliou com o companheiro e que, em razão disso, não deseja que ele seja processado, manifestando expressa renúncia e desinteresse em prestar representação criminal contra o agressor.

Diante do disposto na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a conduta da autoridade policial e a natureza da ação penal aplicável ao caso determinam que

(A) a ação penal é pública condicionada à representação, e a manifestação de desinteresse de Mévia em sede policial obsta a instauração do inquérito policial e enseja a extinção da punibilidade.

(B) a ação penal é privada, competindo exclusivamente a Mévia ajuizar queixa-crime no prazo decadencial de 6 (seis) meses perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar.

(C) a ação penal é pública incondicionada, sendo a reconciliação do casal e a manifestação de desinteresse ou retratação da vítima irrelevantes para obstar a persecução penal ou a atuação do Estado-investigador.

(D) a ação penal é pública condicionada, mas a renúncia ao direito de representação de Mévia só terá validade se ratificada em audiência específica designada pelo juiz nos termos do art. 16 da Lei nº 11.340/2006.

(E) o fato se torna penalmente atípico em razão do princípio da intervenção mínima e da insignificância, tendo em vista que a reconciliação do casal afasta a necessidade de tutela penal.

42

Apenado condenado por delito hediondo atinge o lapso temporal objetivo para progressão ao regime prisional semiaberto, ostentando certidão carcerária de ótimo comportamento emitida pela direção do estabelecimento prisional. Ao analisar o pedido, o Juízo da Execução Penal indefere a progressão e requisita a realização de exame criminológico, fundamentando sua decisão unicamente na premissa de que "*a gravidade em abstrato do crime hediondo praticado, associada à longa pena imposta na sentença, exige cautela redobrada, sendo imperioso o exame pericial prévio para aferir o mérito subjetivo*".

À luz da Lei de Execução Penal (com as alterações das Leis nº 10.792/2003 e 14.843/2024) e da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a decisão do magistrado é

(A) válida, pois o exame criminológico é compulsório e intransponível para a progressão de qualquer condenado por crime hediondo, independentemente de fundamentação individualizada.

(B) inválida, porquanto o instituto do exame criminológico foi definitivamente banido do ordenamento jurídico penal pelas reformas processuais, sendo nula qualquer decisão que o determine.

(C) válida, pois a exigência do exame insere-se no poder discricionário do magistrado da execução penal, configurando a gravidade em abstrato do tipo penal fundamentação jurídica idônea.

(D) inválida, pois, havendo atestado de bom comportamento carcerário e manifestação favorável do Ministério Público, o juiz fica estritamente vinculado, sem poder requisitar novas diligências probatórias.

(E) inválida, pois, embora o magistrado possa requisitar o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, a exigência deve estar respaldada em elementos concretos da execução penal, vedado o uso exclusivo da gravidade abstrata do delito ou do montante da pena cominada.

43

Um indivíduo, sem integrar formalmente uma conhecida organização criminosa (ORCRIM) ou participar de seus crimes-fim, cria e mantém ativamente um portal na internet e perfis em redes sociais com o objetivo exclusivo de exaltar os feitos do grupo, divulgar sua ideologia, atrair novos membros e intimidar grupos rivais.

A investigação demonstra que ele não recebe ordens da liderança nem repassa lucros, agindo de forma autônoma, mas com o claro propósito de impulsionar e fortalecer a ORCRIM.

A conduta desse indivíduo, de acordo com a Lei nº 12.850/2013, melhor se amolda ao tipo penal de

(A) "integrar" organização criminosa, pois, ao contribuir para sua expansão e fortalecimento, ele se torna um membro de fato.

(B) "promover" organização criminosa, pois sua ação, embora externa à estrutura, consiste em dar impulso, fomentar e difundir a existência e as atividades do grupo.

(C) fato atípico em relação à Lei nº 12.850/2013, resolvendo-se como mero crime de apologia de fato criminoso (art. 287 do Código Penal).

(D) "financiar" organização criminosa, pois, ao despender recursos próprios para manter o portal e os perfis, ele está custeando uma atividade que beneficia o grupo.

(E) ato preparatório impunível, pois ele não executa nenhum dos crimes-fim da organização, e sua atividade de propaganda não constitui, por si só, um verbo nuclear do tipo.

44

Um policial penal, após o devido processo legal, é condenado em definitivo pela prática do crime de tortura (Lei nº 9.455/1997), com a imposição de uma pena de 3 anos de reclusão em regime inicial semiaberto. A sentença condenatória, no entanto, foi omissa quanto à decretação da perda do seu cargo público. A defesa do policial sustenta que, por conta da omissão e do *quantum* da pena, a perda do cargo não poderia ser aplicada.

Sobre a consequência da condenação na esfera administrativa, de acordo com a Lei de Tortura e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que a perda do cargo público

(A) não pode ser aplicada, pois a sentença foi omissa, e a perda do cargo não pode ser declarada em fase de execução da pena, sob pena de violação da coisa julgada.
(B) depende da instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) autônomo, que pode utilizar a condenação penal como fundamento, mas no qual se deve garantir nova instrução e ampla defesa.
(C) é um efeito não automático da condenação, que depende de fundamentação expressa na sentença, o que não ocorreu no caso.
(D) só ocorreria se a pena aplicada fosse superior a 4 (quatro) anos de reclusão, conforme regra geral do Código Penal para efeitos da condenação, que se aplica subsidiariamente.
(E) é efeito automático e obrigatório da condenação, operando-se independentemente de declaração expressa na sentença e do quantum da pena aplicada.

45

Um Delegado de Polícia Civil preside um inquérito policial instaurado para apurar a suposta prática de crime contra a ordem tributária (Art. 1º da Lei nº 8.137/1990) por um empresário. A investigação teve início a partir de uma representação fiscal para fins penais, noticiando a constituição definitiva do crédito tributário. Durante o curso das investigações, o empresário é intimado a depor e, na ocasião, apresenta ao Delegado os comprovantes da quitação integral do débito fiscal, incluindo o principal, juros e multa. A informação é confirmada oficialmente pelo fisco.

Diante da comprovação do pagamento integral do débito, a providência correta a ser adotada pelo Delegado de Polícia, considerando a legislação e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é

(A) relatar o inquérito policial, concluindo pela atipicidade superveniente da conduta, e representar ao juízo competente pelo seu arquivamento, em razão da extinção da punibilidade do investigado.
(B) prosseguir com o inquérito e, ao final, indiciar o empresário, pois o pagamento após o início da investigação policial não impede a persecução penal, servindo apenas como atenuante.
(C) suspender o inquérito policial e aguardar a manifestação do Ministério Público, por ser este o titular da ação penal e o único legitimado a requerer a extinção da punibilidade.
(D) determinar o arquivamento imediato e direto dos autos do inquérito policial, por ser a autoridade que preside a investigação e diante da manifesta ausência de justa causa.
(E) prosseguir com o inquérito para apurar eventual crime de lavagem de dinheiro, pois o pagamento do tributo, embora extinga a punibilidade do crime fiscal, não interfere na investigação de crimes conexos.

46

Durante o plantão em uma Delegacia de Polícia Civil em Maringá/PR, a autoridade policial atende uma vítima residente no município, a qual relata ter caído no golpe da falsa central de atendimento bancário.

O infrator, operando a partir de Curitiba/PR, induziu a vítima em erro por meio de aplicativo de mensagens eletrônicas, fazendo com que ela efetuasse transferência imediata de valores via PIX para uma conta receptora aberta em Foz do Iguaçu/PR, pertencente a pessoa interposta ("laranja").

Considerando a disciplina processual penal vigente, as alterações promovidas pela Lei nº 14.155/2021 e a jurisprudência das Cortes Superiores sobre a competência territorial no crime de estelionato eletrônico, a autoridade policial de Maringá/PR deve

(A) encaminhar o expediente à Delegacia de Curitiba/PR, foro competente para a apuração por se tratar do local em que foi praticado o último ato de execução do ardil fraudulento.
(B) remeter os autos à Justiça Federal, tendo em vista que a utilização da rede mundial de computadores e do Sistema de Pagamentos Instantâneos do Banco Central atrai o interesse direto da União.
(C) declinar da atribuição em favor da comarca de Foz do Iguaçu/PR, por corresponder ao local onde se consumou o delito com a efetiva obtenção da vantagem ilícita e crédito na conta de destino.
(D) instaurar o inquérito policial em Maringá/PR, foro do domicílio da vítima, competente para o processamento e julgamento do crime praticado mediante transferência de valores.
(E) remeter a representação ao juízo da capital para fixação da competência pelo critério da prevenção, em razão da dispersão interestadual dos atos executórios e da pluralidade de cidades envolvidas.

47

Investigado pela suposta prática de receptação qualificada (art. 180, § 1º, do CP), cuja pena mínima é de 3 anos de reclusão, Tício confessa formal e circunstancialmente a prática da infração perante a autoridade investigante. Sendo o investigado primário, de bons antecedentes e ausentes indicativos de reiteração criminosa profissional, sua defesa requer a propositura de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).

O Ministério Público, no entanto, nega expressamente o pleito, sustentando, em manifestação motivada, que o acordo não se mostra necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do delito, considerando a elevada lesividade social do fato concreto.

Segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) a recusa do órgão ministerial é nula, pois o ANPP constitui direito subjetivo do investigado quando preenchidos os requisitos objetivos, devendo o magistrado impor coercitivamente a celebração do acordo.
(B) a negativa ministerial pode ser substituída diretamente pelo juiz togado na fase preliminar, cabendo a este homologar judicialmente proposta elaborada pela própria defesa.
(C) o ANPP é negócio jurídico processual e poder-dever do titular da ação penal, de modo que a via correta para a defesa impugnar a recusa motivada é requerer a remessa dos autos ao órgão superior de revisão ministerial.
(D) a discricionariedade do Ministério Público na recusa do ANPP é imune a qualquer controle, restando vedada a provocação de qualquer instância, interna ou judicial.
(E) a suficiência e necessidade do ANPP constituem juízo reservado com exclusividade ao Poder Judiciário, sendo vedado ao Ministério Público invocar tais critérios para indeferir o acordo.

48

Durante investigação sobre tráfico de drogas, o Delegado de Polícia recebe denúncia anônima indicando que determinada residência seria utilizada para armazenar entorpecentes. Sem realizar diligências preliminares, sem identificar elementos externos de confirmação e sem mandado judicial ou consentimento do morador, policiais ingressam forçadamente no imóvel, justificando a medida apenas pelo conteúdo da denúncia e por suposta atitude suspeita observada no local. No interior da residência, encontram drogas e outros objetos relacionados ao tráfico.

Considerando a inviolabilidade domiciliar e a jurisprudência dominante do STF e do STJ, é correto afirmar que a diligência é

(A) válida, pois a denúncia anônima, somada à experiência dos policiais e à posterior apreensão de drogas, demonstra situação de flagrante delito no interior da residência.
(B) válida, pois o tráfico é crime permanente e a autoridade policial pode ingressar no imóvel sempre que houver notícia prévia de possível armazenamento de drogas.
(C) inválida, pois a posterior apreensão de drogas não convalida o ingresso, que deve ser precedido de elementos objetivos, concretos e documentados, não bastando denúncia anônima ou impressão subjetiva.
(D) válida, pois a autoridade policial pode justificar posteriormente a entrada, ainda que não registre os elementos prévios nem demonstre a urgência concreta da medida realizada.
(E) inválida apenas se o morador provar que não consentiu, pois os relatos dos policiais presumem-se verdadeiros e a apreensão posterior confirma a legalidade da entrada.

49

Caio e Tício, na condução de seus respectivos veículos automotores em avenida urbana de intenso fluxo de pedestres, aceitam travar disputa automobilística não autorizada ("racha"). Conduzindo o veículo em velocidade estimada entre 130 km/h e 150 km/h (em via cujo limite era 60 km/h), realizando ziguezagues e ultrapassagens arriscadas, Caio perde o controle direcional, invade a calçada e colide frontalmente contra um ponto de ônibus, provocando a morte instantânea de um transeunte. Os laudos periciais e as câmeras de segurança registram a conduta imprudente em altíssima velocidade e a total ausência de marcas de frenagem no asfalto.

À luz da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça), a capitulação penal a ser conferida à conduta de Caio é

(A) homicídio doloso, na modalidade de dolo eventual (Art. 121, *caput*, do Código Penal), afastando-se a capitulação do Código de Trânsito Brasileiro e fixando-se a competência constitucional do Tribunal do Júri.
(B) homicídio culposo na direção de veículo automotor com causa de aumento pelo racha (Art. 302, § 1º, do CTB), haja vista que a legislação especial de trânsito veda a imputação de crime doloso contra a vida decorrente de tráfego.
(C) participação em disputa automobilística qualificada pelo resultado morte preterdoloso (Art. 308, § 2º, do CTB), por ser tipo penal especial que absorve obrigatoriamente a tutela da vida em delitos de trânsito.
(D) concurso formal impróprio entre homicídio doloso (Art. 121 do CP) e o crime de trânsito do Art. 308 do CTB, somando-se as penas de ambos os delitos.
(E) homicídio culposo comum (Art. 121, § 3º, do CP), em face da presunção absoluta de culpa consciente em ilícitos decorrentes da condução de veículos automotores.

50

Durante investigação presidida por Delegado de Polícia Civil, foi apreendido o telefone celular de um investigado.

Sem autorização judicial específica, os policiais conectaram o aparelho ao computador da delegacia por meio do WhatsApp Web, passando a visualizar mensagens antigas e novas, inclusive conversas recebidas após a apreensão.

Em situação diversa, também foi apreendido outro celular, cuja memória foi posteriormente submetida a perícia técnica, após autorização judicial, para extração de mensagens já armazenadas no aparelho.

Considerando a jurisprudência dominante do STJ sobre provas digitais, assinale a afirmativa correta.

(A) As duas diligências são ilícitas, pois qualquer acesso a dados de celular apreendido exige autorização judicial específica e prévia.
(B) As duas diligências são lícitas, pois a apreensão regular do celular autoriza automaticamente o acesso integral a todos os dados nele contidos, inclusive às conversas passadas, presentes e futuras realizadas por meio do aplicativo.
(C) O espelhamento pelo WhatsApp Web é lícito quando realizado durante busca e apreensão regularmente autorizada, sendo desnecessária nova decisão judicial.
(D) O espelhamento do WhatsApp Web sem autorização judicial específica é inválido por permitir acesso contínuo a conversas passadas, presentes e futuras; a perícia de dados estáticos já armazenados pode ser válida se realizada após autorização judicial.
(E) A perícia de dados estáticos e o espelhamento do WhatsApp Web submetem-se exatamente ao mesmo regime jurídico, pois ambos constituem interceptação telemática.

51

Um Delegado de Polícia Civil preside inquérito policial instaurado para desarticular um esquema de estelionatos eletrônicos praticados em série contra vítimas em território estadual, cujos proventos vinham sendo ocultados mediante a aquisição de bens móveis e imóveis registrados em nome de interpostas pessoas (laranjas). No curso das investigações, existindo fundados indícios de autoria e materialidade da infração antecedente e da ocultação patrimonial, a autoridade policial necessita adotar medidas investigativas e cautelares para resguardar a eficácia da persecução penal.

Considerando a Lei nº 9.613/1998 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores acerca das atribuições da autoridade policial na apuração da lavagem de dinheiro, é correto afirmar que o Delegado de Polícia

(A) pode determinar diretamente o sequestro de bens e o bloqueio de contas bancárias dos investigados na fase inquisitorial, comunicando a medida ao juízo competente em até 48 horas para homologação.
(B) depende de prévia condenação transitada em julgado pelo crime antecedente de estelionato para poder representar por medidas cautelares patrimoniais (sequestro e arresto) no inquérito de lavagem de dinheiro.
(C) possui legitimidade para representar em juízo pela decretação de medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado, bastando a existência de indícios suficientes de infração penal, independentemente do julgamento da infração antecedente.
(D) não possui legitimidade para representar por medidas assecuratórias reais na Lei de Lavagem de Dinheiro, sendo essa prerrogativa exclusiva do Ministério Público na condição de titular da ação penal.
(E) só pode instaurar o inquérito policial para apurar a lavagem de dinheiro se o inquérito policial da infração antecedente já tiver sido concluído com indiciamento formal dos autores.

52

Em janeiro de 2025, Tício, agindo em concurso com outros agentes, utiliza um artefato explosivo para arrombar um caixa eletrônico e subtrair os valores que ali se encontravam. Após a investigação, ele é processado e condenado pelo crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo (Art. 155, § 4º-A, do Código Penal). Na fase de execução da pena, surge a controvérsia sobre a natureza do delito para fins de concessão de benefícios.

Considerando a legislação vigente na data do fato e a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), o crime praticado por Tício é classificado como

(A) crime comum, pois o furto, mesmo em sua forma qualificada, não integra o rol taxativo da Lei de Crimes Hediondos.
(B) crime equiparado a hediondo, por analogia ao crime de roubo com restrição de liberdade ou emprego de arma de fogo.
(C) crime hediondo, mas apenas se do emprego do explosivo resultar perigo comum, o que deve ser comprovado por perícia.
(D) crime hediondo, por expressa previsão legal introduzida na Lei nº 8.072/1990 pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime).
(E) crime comum, pois a hediondez do furto qualificado pelo emprego de explosivo foi objeto de veto presidencial quando da sanção do Pacote Anticrime.

53

Movido por compaixão, um cidadão brasileiro ajuda um amigo estrangeiro, que não preenche os requisitos para entrada regular, a atravessar a fronteira para o Brasil por um ponto não fiscalizado pela polícia.

A investigação comprova que o cidadão brasileiro não cobrou nem recebeu qualquer valor ou vantagem pela ajuda, agindo por pura amizade e razões humanitárias.

A conduta do cidadão brasileiro, à luz do tipo penal de promoção de migração ilegal (Art. 232-A do Código Penal, com redação dada pela Lei de Migração), é

(A) criminosa, configurando o tipo do Art. 232-A do Código Penal, pois a finalidade do agente é irrelevante.
(B) criminosa, mas em sua modalidade culposa, dada a ausência de dolo de obter lucro.
(C) atípica, pois o tipo penal exige, como elemento subjetivo especial, a finalidade de obter vantagem econômica.
(D) criminosa, mas sujeita a perdão judicial, em razão da motivação de relevante valor social ou moral.
(E) uma mera infração administrativa prevista na Lei de Migração, mas não um crime.

54

No curso de um inquérito policial instaurado pelo Departamento de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Civil para investigar organização criminosa armada voltada a desvio de recursos públicos, a defesa constituída de um dos investigados protocola, perante o Delegado de Polícia formal, proposta de Acordo de Colaboração Premiada. Na petição, o investigado manifesta interesse em apontar os demais coautores e demonstrar o roteiro de ocultação dos ativos ilícitos em troca de benefícios legais.

Com base nas disposições da Lei nº 12.850/2013, nas alterações da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a autoridade policial

(A) não tem legitimidade material para receber a proposta nem formalizar termos de colaboração premiada, devendo indeferir de plano o pleito e orientar a defesa a procurar o titular exclusivo da ação penal pública.
(B) tem legitimidade para realizar as tratativas, presidir o procedimento de negociação e subscrever o termo de colaboração premiada, que será remetido ao juízo com a prévia manifestação (sem poder de veto vinculante) do Ministério Público.
(C) pode formalizar o acordo de colaboração de modo autônomo e remetê-lo sob sigilo diretamente ao Poder Judiciário, sendo vedada qualquer cientificação do Ministério Público antes do julgamento final da ação penal.
(D) deve submeter a proposta preliminarmente ao juiz competente para que este autorize a deflagração da negociação e participe da fixação dos prêmios cabíveis ao colaborador.
(E) está autorizada a celebrar o negócio jurídico e conceder diretamente ao investigado, no bojo do inquérito policial, o benefício da imunidade penal ou a extinção da punibilidade.

55

Policiais civis em diligência de campo abordam um indivíduo que descumpria deliberadamente as condições de monitoramento eletrônico impostas como medida cautelar diversa da prisão (Art. 319, IX, do CPP) nos autos de ação penal em que responde pelo crime de receptação qualificada.

No momento da abordagem, verifica-se que o suspeito cortou e destruiu a tornozeleira eletrônica com o objetivo exclusivo de furtar-se à fiscalização estatal e frequentar locais proibidos. Conduzido à Delegacia de Polícia, o conduzido confessa ter danificado a tornozeleira unicamente para evitar o rastreamento de sua localização.

Diante do quadro fático e do entendimento dominante na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Delegado de Polícia deve

(A) lavrar auto de prisão em flagrante pelo crime de desobediência (Art. 330 do CP), tendo em vista o descumprimento intencional da ordem judicial que cominou o dever de monitoramento.

(B) lavrar auto de prisão em flagrante por crime de dano qualificado consumado contra o patrimônio do Estado (Art. 163, parágrafo único, III, do CP), em razão da destruição do bem público.

(C) lavrar auto de prisão em flagrante pelos crimes de desobediência e dano qualificado em concurso material (artigos 163, parágrafo único, III, e 330 do CP).

(D) não lavrar auto de prisão em flagrante, por atipicidade do fato frente ao crime de desobediência e ausência de *animus nocendi* específico no delito de dano, comunicando o fato ao juízo processante.

(E) deixar de autuar em flagrante em virtude da incidência do princípio da insignificância sobre o bem público danificado, promovendo o arquivamento sumário do boletim de ocorrência na própria delegacia de polícia.

56

Durante investigação realizada pela Polícia Civil, imagens de videomonitoramento registraram que Robson permanecia ao lado de Leondson enquanto este comercializava maconha. Robson observava a movimentação da rua para antecipar eventual ação policial, acompanhava a venda dos entorpecentes e deixou o local juntamente com o vendedor após a conclusão da transação.

Monitorados e seguidos pela equipe policial, ambos foram, ato contínuo, presos em flagrante em rua próxima, ocasião em que Leondson trazia consigo grande quantidade da droga ilícita acondicionada em vários invólucros, caderno de anotações do faturamento do dia e dois mil reais em cédulas de valores individuais variados. Robson caminhava junto a Leondsone com ele nada foi encontrado.

À luz da jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

(A) A ausência de apreensão de drogas com Robson impõe sua absolvição, pois o Art. 33 da Lei de Drogas exige posse direta ou prática pessoal de um de seus verbos nucleares.

(B) A função de “olheiro” sempre caracteriza o Art. 37 da Lei de Drogas, pois o agente não participa diretamente da venda nem mantém contato físico com o entorpecente.

(C) A conduta de Robson deve ser enquadrada no Art. 37 da Lei de Drogas, pois a vigilância do local constitui colaboração meramente acessória, ainda que realizada ao lado do vendedor durante a comercialização.

(D) A atuação integrada, contínua e essencial à segurança da venda caracteriza participação direta ou coautoria no tráfico de Drogas, afastando a incidência subsidiária do Art. 37.

(E) A classificação da conduta de Robson para o Art. 37 da Lei de Drogas é obrigatória sempre que não houver prova de vínculo estável e permanente entre o “olheiro” e os demais traficantes.

57

Um grupo de ativistas, com o objetivo de pressionar o governo a revogar uma nova política ambiental, incendeia diversos ônibus do transporte público em uma capital, causando pânico generalizado na população e expondo a perigo a vida e o patrimônio de um número indeterminado de pessoas. A ação foi reivindicada pelo grupo como um "*ato de protesto extremo*". O Ministério Público os denuncia pelo crime de terrorismo.

Com base estritamente na Lei Antiterrorismo brasileira (Lei nº 13.260/2016), a conduta praticada

(A) configura terrorismo, pois o ato de incendiar transporte público com o fim de provocar terror social e generalizado é expressamente previsto como conduta terrorista no Art. 2º da lei.

(B) não configura terrorismo. Embora o ato seja materialmente idêntico a uma das condutas previstas, a motivação do grupo (pressão política) não corresponde à razão de xenofobia, discriminação ou preconceito exigida pela lei.

(C) configura terrorismo, pois a motivação política é uma das razões que caracterizam o terrorismo em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, devendo a lei ser interpretada em conformidade com eles.

(D) não configura terrorismo, mas sim o crime de incêndio majorado (Art. 250, § 1º, II, do CP), sendo a Lei Antiterrorismo inaplicável a atos praticados em manifestações políticas e movimentos sociais.

(E) configura terrorismo em sua forma tentada, pois, embora o ato tenha sido executado, o objetivo final (a revogação da política ambiental) não foi alcançado.

58

Durante investigação conduzida pela Polícia Civil, foram identificados imóveis, veículos, ativos digitais e participações societárias utilizados por organização criminosa ultraviolenta para ocultar e movimentar valores provenientes de atividades ilícitas. Alguns bens estavam registrados em nome de interpostas pessoas.

O Delegado de Polícia representou judicialmente pela decretação de medidas assecuratórias e pela alienação antecipada dos bens, apontando elementos concretos de sua origem ilícita. Um dos proprietários alegou ser terceiro de boa-fé e sustentou que o perdimento somente poderia ocorrer após condenação penal definitiva dos investigados.

À luz da Lei nº 15.358/2026, assinale a afirmativa correta.

(A) O Delegado de Polícia não possui legitimidade para representar por medidas patrimoniais, pois o perdimento de bens somente pode ser requerido pelo Ministério Público após o oferecimento da denúncia.

(B) O perdimento extraordinário somente pode ser decretado depois do trânsito em julgado da condenação penal, sendo vedada sua aplicação durante a investigação ou a ação penal.

(C) As medidas assecuratórias podem alcançar bens registrados em nome do investigado, do acusado ou de interpostas pessoas, e o juiz poderá decretar o perdimento extraordinário, independentemente de condenação penal, se estiver clara a origem ilícita do bem.

(D) A alegação de boa-fé do terceiro proprietário impede automaticamente qualquer medida de bloqueio, sequestro, arresto ou indisponibilidade sobre o bem.

(E) A alienação antecipada somente pode ser determinada depois da sentença condenatória, pois a utilização ou venda do bem antes desse momento viola necessariamente a presunção de inocência.

59

Durante uma interceptação telefônica judicialmente autorizada para investigar os integrantes de uma associação voltada ao tráfico de drogas, a autoridade policial capta diálogos nos quais dois interlocutores relatam a execução de um crime de homicídio consumado ocorrido meses antes, sem qualquer vínculo ou conexão probatória com a apuração de entorpecentes em andamento.

Inexistindo qualquer desvio de finalidade ou pesca probatória (*fishing expedition*) na execução da medida, o Delegado de Polícia compartilha o áudio com a delegacia especializada em homicídios, que instaura inquérito policial e utiliza o elemento para fundamentar o indiciamento dos autores do assassinato.

Considerando a Teoria do Encontro Fortuito de Provas (princípio da serendipidade) e a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, a utilização dessa prova no inquérito que apura o homicídio é

(A) lícita, pois, tendo a interceptação originária sido deferida de forma regular, consideram-se válidas as provas encontradas casualmente pelos agentes policiais, ainda que inexista conexão ou continência com o crime originário, desde que não tenha havido desvio de finalidade.

(B) ilícita, pois a autorização judicial para interceptação telefônica é restrita ao delito investigado, tornando inválida a prova de crime não conexo em razão da quebra da cláusula de reserva de jurisdição e violação do sigilo das comunicações.

(C) lícita, desde que o juiz que deferiu a interceptação originária seja provocado a proferir nova decisão homologando expressamente o aproveitamento probatório em relação ao delito de homicídio.

(D) ilícita, pois a serendipidade admitida no direito processual penal brasileiro restringe-se aos crimes conexos (serendipidade de primeiro grau), sendo vedado o aproveitamento quando o delito descoberto for totalmente autônomo.

(E) ilícita, pois a Lei nº 9.296/1996 veda que conversas gravadas em interceptações telefônicas sejam compartilhadas como prova emprestada com inquéritos que apurem fatos delituosos distintos.

60

Em uma investigação de tráfico de drogas, um perito criminal, ao receber o material apreendido para análise, constata que o invólucro plástico que continha a substância (lacre) estava violado e que o formulário de registro da coleta (etiqueta) estava preenchido de forma incompleta, omitindo o nome do agente responsável pela arrecadação inicial.

A defesa, ao tomar conhecimento do fato, alega a quebra da cadeia de custódia e requer o desentranhamento do laudo pericial dos autos.

Sobre as consequências da quebra da cadeia de custódia da prova, a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no sentido de que

(A) qualquer irregularidade, por menor que seja, na cadeia de custódia, gera a nulidade absoluta e a ilicitude da prova, que deve ser imediatamente desentranhada dos autos.
(B) a quebra da cadeia de custódia é uma mera irregularidade administrativa, que não tem o poder de macular a prova, cabendo ao juiz valorá-la livremente em conjunto com os demais elementos.
(C) a quebra da cadeia de custódia gera apenas uma presunção relativa de nulidade, que pode ser sanada se o Ministério Público, por outros meios, como a prova testemunhal, comprovar a idoneidade da prova.
(D) a prova se torna nula, mas a consequência é a absolvição sumária do réu, por ausência de materialidade, não sendo necessário o desentranhamento do laudo.
(E) depende do grau da quebra; irregularidades pontuais devem ser sopesadas pelo juiz, mas violações graves, que coloquem em dúvida a própria integridade e autenticidade da prova, levam à sua inadmissibilidade.

Direito Constitucional

61

Em razão de ampla mobilização dos policiais civis do Estado Alfa, um grupo de parlamentares apresentou projeto de lei promovendo o reajuste da remuneração dos policiais civis, considerando a inflação acumulada desde o último reajuste, observados os índices oficiais.

Após o trâmite regular, o projeto foi aprovado pela maioria simples dos integrantes da Casa Legislativa, sendo sancionado e promulgado pelo Governador do Estado Alfa, o que resultou na publicação da Lei nº X. Por entender que esse diploma normativo destoava da Constituição da República, um legitimado deflagrou o controle concentrado de constitucionalidade.

Na situação descrita, é correto afirmar que a Lei nº X

(A) não apresenta vício de inconstitucionalidade.
(B) apresenta apenas vício de inconstitucionalidade formal, em razão dos autores da proposição legislativa.
(C) apresenta apenas vício de inconstitucionalidade por omissão, por não ter abrangido as demais categorias do funcionalismo público.
(D) apresenta apenas vício de inconstitucionalidade material, considerando que a só reposição das perdas inflacionárias não consubstancia reajuste.
(E) não pode ser cotejada com a Constituição da República, para fins de controle concentrado de constitucionalidade, apenas com a Constituição do Estado Alfa.

62

Foi editada a Lei nº X, no âmbito do Estado Alfa, dispondo sobre as regras a serem observadas para que despachantes documentalistas pudessem atuar no âmbito dos órgãos de trânsito do respectivo ente federativo, estatuindo requisitos mínimos de escolaridade e impedimentos, além de cominar penalidades administrativas.

Um legitimado submeteu a Lei nº X ao controle concentrado de constitucionalidade, sendo corretamente decidido que esse diploma normativo é

(A) inconstitucional, por afrontar competência legislativa privativa e delegável da União.
(B) inconstitucional, por afrontar competência legislativa privativa e indelegável da União.
(C) constitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa residual do Estado Alfa.
(D) constitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa comum entre os entes federativos.
(E) constitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa concorrente com a União, desde que observadas eventuais normas gerais.

63

Em razão de calamidade de grandes proporções na natureza, que ameaçou a ordem pública em dezenas de municípios da região norte do Estado Alfa, o Chefe do Poder Executivo federal, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretou o estado de defesa pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o que foi aprovado pelo Congresso Nacional por maioria absoluta. Entre as medidas coercitivas, o decreto dispôs sobre a possibilidade de imposição de restrições ao sigilo de comunicação telefônica.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que essa narrativa

(A) não apresenta incorreções.
(B) somente apresenta incorreção em relação ao tempo de duração do estado de defesa.
(C) somente apresenta incorreção em relação ao direito fundamental a ser restringido.
(D) somente apresenta incorreção em relação à aprovação, pelo Congresso Nacional, a *posteriori*.
(E) somente apresenta incorreção em relação à causa que justificou a decretação do estado de defesa.

64

No curso de um inquérito policial, instaurado para investigar a prática de crime contra a vida, o Delegado de Polícia constatou a colidência entre determinado direito fundamental consagrado na Constituição da República em norma de eficácia contida (NEC), com o disposto na Lei federal nº X (LFX), editada em momento anterior. Acresça-se que a aplicação, ou não, da Lei federal nº X teria influência nos rumos da investigação.

Ao analisar o caso, o Delegado de Polícia concluiu corretamente que

(A) ainda que não seja regulamentada, a entrada em vigor da NEC obsta a aplicação da LFX.
(B) a LFX continuará a produzir efeitos até que a sua invalidade seja reconhecida em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
(C) a NEC carece de regulamentação para a integração de sua eficácia, logo, a LFX continuará a ser aplicada até que sobrevenha essa regulamentação.
(D) apesar de carecer de regulamentação para a produção da integralidade dos seus efeitos, a NEC pode ser integrada pelo princípio da dignidade da pessoa humana e afastar a aplicação da LFX.
(E) o nível de proteção oferecido pela NEC e pela LFX deve ser considerado, o que exige um juízo de ponderação entre os bens e valores envolvidos, de modo a verificar qual delas deve ser aplicada no caso concreto.

65

João tem 21 (vinte e um) anos de idade e pretende ingressar em uma carreira do quadro próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná. No entanto, tem dúvidas quanto ao preenchimento da nacionalidade brasileira. Afinal, nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade canadense e argelina, respectivamente, aqui se encontravam a serviço da embaixada espanhola. Além disso, três meses após o nascimento, toda a família passou a residir no Panamá, tendo todos, há 3 (três) anos, adquirido voluntariamente a nacionalidade panamenha. Há 2 (dois) anos, João decidiu residir no território brasileiro em caráter definitivo.

Na situação descrita, é correto afirmar que João é

(A) brasileiro nato.
(B) brasileiro naturalizado.
(C) estrangeiro, mas pode optar pela nacionalidade brasileira.
(D) estrangeiro, tendo perdido a nacionalidade brasileira nata que possuía.
(E) estrangeiro, mas pode adquirir a nacionalidade brasileira caso preencha os requisitos exigidos na legislação infraconstitucional e se naturalize.

66

Foi constatado que um município do Estado do Paraná deixou de pagar por dois exercícios financeiros consecutivos o montante total, sem duplicidade, das obrigações financeiras assumidas por meio de contratos, convênios e operações de crédito, com prazo de amortização superior a 12 (doze) meses. Por tal razão, um grupo de opositores políticos do Prefeito Municipal cogitou solicitar ao Governador do Estado do Paraná que decretasse a intervenção estadual no referido Município.

Na situação descrita, é correto afirmar que a decretação da intervenção estadual, nos termos da Constituição do Estado do Paraná,

(A) não é cabível.
(B) pode ser decretada de ofício pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.
(C) pressupõe a provocação do único legitimado, o Tribunal de Contas do Estado Alfa.
(D) deve decorrer da procedência de ação direta interventiva, de iniciativa privativa do Ministério Público.
(E) pressupõe a provocação de um legitimado, a Câmara Municipal ou o Tribunal de Contas do Estado Alfa.

67

Um servidor da Polícia Civil do Estado Alfa teve denegado requerimento administrativo no qual almejava a fruição de benefício estatutário de natureza pecuniária. Ao seu ver, o indeferimento teria colidido com o referencial de juridicidade, mais especificamente com a Constituição da República. Por tal razão, cogitou impetrar mandado de segurança perante o órgão jurisdicional competente.

Na situação descrita, considerando o nível hierárquico da autoridade responsável pela decisão, é correto afirmar que a possível competência originária do Tribunal de Justiça do Estado Alfa para processar e julgar o *mandamus*

(A) deve ser verificada na Constituição Estadual.
(B) deve ser verificada na Lei de Organização e Divisão judiciária.
(C) deve ser verificada no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.
(D) não é admitida, considerando que o mandado de segurança consubstancia ação de natureza cível.
(E) deve ser verificada na Constituição da República, considerando a simetria constitucional.

68

Maria, após aprovação em concurso público de provas e títulos, tomou posse em uma carreira da Polícia Civil do Estado do Paraná. Apesar de o estipêndio devido pelo exercício funcional ser do seu conhecimento, havia dúvidas sobre o limite remuneratório a ser observado.

Após consultar a Constituição do Estado do Paraná, Maria concluiu corretamente que

(A) há um limite único, mas apenas para os agentes que recebam remuneração, não subsídio.
(B) esse diploma normativo não incursionou na temática, que é disciplinada apenas na Constituição da República.
(C) há um limite único, observadas as exceções previstas na Constituição da República e na Constituição do Estado do Paraná.
(D) há uma pluralidade de tetos remuneratórios no plano estadual, conforme a estrutura de poder à qual a respectiva carreira esteja vinculada.
(E) há um limite único, aplicável à generalidade dos servidores estaduais, independente da estrutura de poder a que estejam vinculados, que é o subsídio do Governador do Estado.

69

Nos municípios da região norte do Estado Alfa, são realizadas práticas festivas que remontam há mais de um século, estando incorporadas à base de valores do ambiente social.

As práticas consistem na atividade de dois vaqueiros montados a cavalo que precisam derrubar um boi, de modo que o animal é puxado pelo rabo por um deles e deve cair entre duas faixas pintadas no chão.

Na situação descrita, é correto afirmar que a referida prática é

(A) constitucional, desde que a prática tenha sido previamente aprovada por meio de referendo ou plebiscito.
(B) inconstitucional, pois é vedada qualquer espécie de atividade cultural que possa acarretar danos físicos aos animais.
(C) constitucional, por estar incorporada à cultura popular, mas devem ser adotados os cuidados necessários à garantia do bem estar dos animais.
(D) inconstitucional, pois o direito à vida, qualquer que seja ele, apresenta uma posição de preeminência *in abstracto* em relação aos demais bens e valores constitucionais.
(E) inconstitucional, na medida em que os direitos dos animais abrangem sua integridade física, que, na situação descrita, apresenta maior peso que o entretenimento das massas.

70

Uma instituição de ensino oficial, vinculada a determinado ente federativo, oferece cursos de extensão e de especialização, neste último caso a nível de pós-graduação *lato sensu*. Com o objetivo de obter mais recursos para promover melhorias estruturais, o órgão competente da referida instituição decidiu que tanto a matrícula como as mensalidades seriam objeto de cobrança, o que gerou grande resistência em certos setores do ambiente sociopolítico.

Na situação descrita, à luz dos balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que a cobrança é

(A) lícita, considerando a natureza dos cursos.
(B) ilícita, considerando a natureza da instituição de ensino.
(C) ilícita, apenas em relação às mensalidades, não quanto à matrícula.
(D) lícita, desde que a instituição de ensino oficial não seja uma universidade.
(E) lícita, desde que a instituição de ensino não receba recursos públicos para as despesas de custeio.

Direito Administrativo e Gestão Pública

71

No exercício de atividade administrativa de fiscalização, autoridade pública competente verifica que determinado estabelecimento funciona em desacordo com exigências administrativas regularmente instituídas para proteção da segurança coletiva. Após a observância do procedimento cabível, é aplicada a medida administrativa prevista na legislação.

Nesse caso, a atuação estatal descrita constitui manifestação do poder

(A) disciplinar, porque toda sanção aplicada pela Administração decorre de relação especial de sujeição.
(B) de polícia, que permite à Administração condicionar ou restringir o exercício de direitos, atividades ou liberdades em benefício do interesse público, nos limites da lei.
(C) hierárquico, pois a fiscalização administrativa pressupõe subordinação do particular ao órgão fiscalizador.
(D) regulamentar, porque a imposição de qualquer restrição administrativa independe de fundamento legal específico.
(E) jurisdicional da Administração, pois a aplicação de medida restritiva resolve definitivamente conflito entre o Estado e o particular.

72

Um Delegado de Polícia adota determinada providência durante investigação criminal com base em interpretação jurídica posteriormente rejeitada pelo Poder Judiciário.

Apura-se, contudo, que sua interpretação era juridicamente defensável e que não atuou com a finalidade de prejudicar terceiro, beneficiar a si ou a outra pessoa, nem por mero capricho ou satisfação pessoal.

Considerando a Lei nº 13.869/2019, assinale a afirmativa correta.

(A) A posterior rejeição judicial da interpretação adotada caracteriza, por si só, abuso de autoridade, desde que a decisão tenha produzido prejuízo ao investigado.
(B) A divergência na interpretação da lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade, sendo ainda exigida, para os crimes previstos na Lei nº 13.869/2019, a finalidade específica estabelecida pela própria lei.
(C) O abuso de autoridade constitui infração de responsabilidade objetiva, sendo desnecessária a demonstração de elemento subjetivo.
(D) Apenas servidores públicos efetivos podem ser sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade.
(E) A existência de interpretação jurídica posteriormente considerada equivocada gera presunção absoluta da finalidade específica exigida pela lei.

73

A Polícia Civil pretende contratar solução tecnológica destinada ao gerenciamento de evidências digitais. Durante a fase preparatória, a equipe responsável discute se o planejamento da contratação constitui mera providência administrativa interna ou se integra formalmente o processo licitatório.

À luz da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

(A) A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, além de abordar as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação.

(B) O planejamento constitui etapa facultativa, podendo ser dispensado sempre que a Administração optar pelo pregão.

(C) A fase preparatória somente tem início após a publicação do edital, pois os atos anteriores possuem natureza exclusivamente interna e não integram o processo licitatório.

(D) O planejamento restringe-se à estimativa do valor da contratação, não abrangendo aspectos técnicos ou riscos relacionados à execução contratual.

(E) A existência de dotação orçamentária suficiente afasta a necessidade de motivação quanto à necessidade da contratação.

74

Em processo administrativo, determinada autoridade pretende invalidar contrato celebrado pela Administração por entender que uma de suas cláusulas contraria princípio jurídico aplicável às contratações públicas. No parecer que antecedeu a decisão, limitou-se a afirmar que "a supremacia do interesse público exige a invalidação", sem examinar os efeitos concretos da medida, as alternativas disponíveis ou os impactos decorrentes da paralisação imediata do objeto contratado.

Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro aplicáveis à gestão pública, assinale a afirmativa correta.

(A) A decisão é suficientemente motivada, pois a invocação de princípio jurídico dispensa a análise das consequências práticas quando estiver em jogo interesse público primário.

(B) A consideração das consequências práticas é facultativa na esfera administrativa, sendo obrigatória apenas nas decisões judiciais e dos órgãos de controle.

(C) A decisão apresenta deficiência de fundamentação, pois não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos sem considerar as consequências práticas, devendo a motivação demonstrar a necessidade e a adequação da medida, inclusive diante das alternativas possíveis.

(D) A Administração está impedida de invalidar contratos administrativos depois do início de sua execução, cabendo exclusivamente ao Poder Judiciário decretar sua invalidade.

(E) A LINDB autoriza a manutenção de qualquer ato ilegal sempre que a invalidação puder produzir consequências econômicas desfavoráveis para a Administração.

75

Em procedimento de controle interno, identificou-se que determinado agente público praticou conduta administrativa irregular.

A investigação demonstrou que ele agiu voluntariamente, mas não foi comprovada vontade livre e consciente de alcançar resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, assinale a afirmativa correta.

(A) Toda ilegalidade administrativa configura improbidade, independentemente do elemento subjetivo, desde que praticada por agente público.

(B) A culpa grave é suficiente para caracterizar qualquer das modalidades de improbidade previstas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992.

(C) A voluntariedade do agente é suficiente para caracterizar dolo para fins de improbidade administrativa.

(D) A responsabilização por improbidade exige conduta dolosa tipificada nos artigos 9º, 10 ou 11, considerando-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado, não bastando a mera voluntariedade do agente.

(E) A inexistência de dolo impede qualquer forma de responsabilização administrativa, civil ou disciplinar pelo mesmo fato.

76

Durante auditoria realizada sobre contrato administrativo de elevada complexidade, o órgão de controle identificou decisão tomada pelo gestor em situação emergencial. A instrução demonstrou que, à época da decisão, havia severa limitação operacional, informações técnicas incompletas e necessidade de evitar a interrupção de serviço público relevante.

Ao apreciar a regularidade da conduta, o órgão de controle pretende desconsiderar essas circunstâncias, sob o fundamento de que o exame de legalidade deve considerar exclusivamente a compatibilidade abstrata da decisão com a norma jurídica.

À luz da LINDB, essa orientação é:

(A) correta, pois dificuldades reais do gestor somente podem ser consideradas pela própria Administração, e não pelos órgãos de controle.

(B) correta, pois circunstâncias práticas podem ser consideradas para a formulação de políticas públicas, mas não para a avaliação posterior da regularidade de condutas administrativas.

(C) incorreta, porque os órgãos de controle estão impedidos de apreciar escolhas administrativas realizadas em situações emergenciais.

(D) incorreta, porque a existência de dificuldades reais do gestor exclui automaticamente qualquer possibilidade de responsabilização.

(E) incorreta, pois, na interpretação de normas sobre gestão pública, devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo; e, na decisão sobre a regularidade da conduta, devem ser consideradas as circunstâncias práticas que tenham imposto, limitado ou condicionado sua ação.

77

Durante operação policial, um agente público, agindo nessa qualidade, causa dano material a terceiro. Posteriormente, fica comprovado que o agente atuou com culpa. O particular pretende obter a reparação do prejuízo e consulta advogado sobre o regime constitucional de responsabilidade civil aplicável.

À luz da Constituição da República, é correto afirmar que

(A) o terceiro somente poderá ser indenizado se demonstrar, além do dano e do nexo causal, dolo específico do agente público.
(B) a responsabilidade estatal é subjetiva, enquanto a responsabilidade pessoal do agente perante o terceiro é sempre objetiva.
(C) a responsabilidade objetiva do Estado exclui, em qualquer hipótese, a possibilidade de ação regressiva contra o agente causador do dano.
(D) o terceiro deverá necessariamente demandar simultaneamente o Estado e o agente público, formando litisconsórcio passivo necessário.
(E) a pessoa jurídica responderá objetivamente pelo dano causado pelo agente nessa qualidade, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

78

Durante procedimento interno da Polícia Civil, a Administração constatou que determinado ato administrativo ampliativo de direitos havia sido praticado em desconformidade com requisito legal. A autoridade competente concluiu, após regular processo administrativo, que o vício era insanável e determinou a retirada do ato do mundo jurídico.

À luz do regime jurídico-administrativo e da autotutela administrativa, a providência adotada corresponde à

(A) anulação do ato, em razão de vício de legalidade, providência que pode ser adotada pela própria Administração, observadas as limitações estabelecidas pelo ordenamento jurídico.
(B) revogação do ato, porque todo ato inconveniente ao interesse público deve ser retirado pela Administração, independentemente da existência de ilegalidade.
(C) cassação do ato, porque a ilegalidade originária equivale ao posterior descumprimento das condições necessárias à manutenção de seus efeitos.
(D) convalidação do ato, que constitui providência obrigatória sempre que o ato administrativo produzir efeitos favoráveis ao administrado.
(E) contraposição do ato, pois a edição de decisão administrativa posterior necessariamente extingue os efeitos de qualquer ato anterior incompatível.

79

Em determinada contratação direta realizada pela Administração estadual, posteriormente considerada indevida, apurou-se que a irregularidade decorreu de atuação conjunta de agente público e empresa contratada. Ficou demonstrado que ambos agiram com dolo e que a contratação provocou dano ao erário.

Considerando especificamente a disciplina da Lei nº 14.133/2021 sobre contratação direta indevida, assinale a afirmativa correta.

(A) O contratado responde pelo dano apenas subsidiariamente, após o esgotamento das medidas de ressarcimento contra o agente público responsável.
(B) A responsabilização pelo dano é exclusiva do agente público, porque o particular contratado não integra a estrutura da Administração Pública.
(C) A responsabilidade do agente público e do contratado depende exclusivamente da comprovação de enriquecimento ilícito de ambos.
(D) A declaração de nulidade da contratação afasta o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado em qualquer hipótese, ainda que ele não tenha contribuído para a irregularidade.
(E) Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável respondem solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

80

O Estado Alfa promoveu reorganização administrativa. Em uma primeira medida, distribuiu internamente competências entre diferentes órgãos integrantes de uma mesma pessoa jurídica.

Em outra, criou, mediante lei específica, uma autarquia dotada de personalidade jurídica própria para desempenhar determinada atividade administrativa.

As duas medidas configuram, respectivamente,

(A) descentralização por serviços e desconcentração administrativa.
(B) descentralização territorial e descentralização por colaboração.
(C) delegação administrativa e concentração funcional.
(D) desconcentração e descentralização administrativa.
(E) descentralização administrativa e desconcentração hierárquica.

Legislação Estadual e Institucional

81

Joana é uma pessoa muito atuante nas redes sociais, que são abertas para o acesso do público em geral. Nos últimos anos, divulgou nessas redes inúmeros dados pessoais, que foram tornados manifestamente públicos por ela. Pedro decidiu coletar, catalogar e armazenar esses dados, o que lhe rendeu grande notoriedade ao traçar o perfil de Joana, da qual era seguidor nas redes sociais. A conduta de Pedro, no entanto, gerou a insatisfação de Joana, que entendia ter sido vítima de uma conduta invasiva.

É correto afirmar, considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), que

(A) os dados pessoais tornados manifestamente públicos pelo titular não estão sujeitos aos balizamentos da Lei nº 13.709/2018.

(B) o único tratamento dos dados pessoais que poderia ser promovido por Pedro, sem o consentimento de Joana, seria o seu armazenamento.

(C) Pedro não poderia ter promovido o tratamento dos dados pessoais, em quaisquer de suas modalidades, sem o prévio consentimento de Joana, sua titular.

(D) apesar de carecer do consentimento de Joana para o tratamento dos dados pessoais, o consentimento era necessário para a publicização do resultado do tratamento.

(E) Pedro não carecia do consentimento de Joana para promover o tratamento dos dados pessoais, mas deve resguardar os direitos da titular dos dados e observar os princípios da Lei nº 13.709/2018.

82

João, ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da administração pública indireta do Estado no Paraná, foi convidado, pelo Chefe do Poder Executivo dessa unidade da federação, a ocupar o cargo de Secretário de Estado.

Na situação descrita, é correto afirmar que João, à luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.174/1970,

(A) faz jus à soma dos subsídios dos cargos de provimento efetivo e de Secretário de Estado.

(B) deve optar pelo subsídio do cargo de provimento efetivo ou pelo subsídio de Secretário de Estado.

(C) deve receber apenas o subsídio do cargo de Secretário de Estado, caso esteja há menos de 5 anos no cargo de provimento efetivo.

(D) tem a faculdade de receber o subsídio do cargo de provimento efetivo acrescido de 70% do respectivo cargo de Secretário de Estado.

(E) faz jus à soma dos subsídios dos cargos de provimento efetivo e de Secretário de Estado, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício das funções afetas a ambos.

83

Joana, servidora comissionada no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná, foi orientada por seu superior hierárquico a encaminhar três expedientes, para três órgãos distintos, enquadrados em nível de assessoramento, em nível instrumental e em nível de execução.

Assinale a opção que indica os três órgãos que se enquadram, respectivamente, em cada um dos níveis referidos.

(A) Assessoria Técnica, Departamento de Inteligência Policial e Escola Superior de Polícia Civil.

(B) Conselho Superior de Polícia, Chefia de Gabinete e Coordenadoria de Operações Integradas.

(C) Departamento de Polícia Judiciária e Investigação Criminal, Departamento de Inteligência Policial e Delegacia-Geral.

(D) Departamento de Controle interno, Departamento de Planejamento, Administração e Finanças e Instituto de Identificação.

(E) Departamento de Tecnologia da Informação e Inovação, Corregedoria-Geral da Polícia Civil e Unidade de Polícia Judiciária e Investigação Penal.

84

João é servidor Policial Civil do Estado do Paraná há 10 (dez) anos. Maria, sua esposa, veio a ser aprovada em concurso público de provas e títulos e estava prestes a tomar posse em cargo de provimento efetivo no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná. Como ambos, em razão do matrimônio que os une, residem na mesma cidade, surgiram dúvidas sobre se poderiam trabalhar juntos na mesma unidade ou mesmo se Maria poderia atuar sob a chefia imediata de João.

Após analisarem as vedações constantes do Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná, João e Maria concluíram corretamente que

(A) Maria somente poderia atuar sob a chefia imediata de João caso ocupasse cargo em comissão.

(B) Maria pode atuar sob a chefia imediata de João caso se trate de unidade policial única na localidade.

(C) Maria somente poderia atuar sob a chefia imediata de João caso este último fosse o Delegado-Geral da Polícia Civil.

(D) é vedado que atuem na mesma unidade policial, o que, por via reflexa, impossibilita que Maria atue sob a chefia imediata de João.

(E) Maria pode atuar sob a chefia imediata de João caso não haja outro servidor interessado em atuar na respectiva unidade policial.

85

João, Delegado de Polícia Civil do Estado do Paraná, foi lotado no Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico. Logo em seu primeiro dia, foi questionado por um estagiário em relação a alguns aspectos afetos à competência e à extensão geográfica das atribuições dessa estrutura orgânica.

João esclareceu corretamente ao estagiário que a referida estrutura, sem prejuízo do exercício de outras atividades, deve

(A) concentrar as investigações afetas ao narcotráfico sempre que estejam envolvidos indivíduos de alta periculosidade.
(B) identificar, investigar e desarticular pessoas naturais ou organizações criminosas envolvidas no narcotráfico.
(C) planejar, orientar e coordenar as atividades das unidades subordinadas nas investigações dos crimes de tráfico de drogas.
(D) avocar os inquéritos policiais sobre narcotráfico, por razões de conveniência e oportunidade, que estejam em tramitação em delegacias de polícia.
(E) atuar na esfera territorial da capital do Estado do Paraná e, caso haja designação específica do Delegado-Geral, em qualquer ponto do território estadual.

86

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná, sofreu a sanção de demissão após regular processo administrativo disciplinar. A demissão, no entanto, foi anulada, sendo o Estado do Paraná condenado ao ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo.

Na situação descrita, consoante o disposto na Lei estadual nº 6.174/1980, é correto afirmar, em relação a Pedro, que ocorrerá a sua

(A) reversão.
(B) nomeação.
(C) readmissão.
(D) reintegração.
(E) aproveitamento.

87

Foi constatado que Inácio, servidor ocupante de cargo efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, durante um período de 12 (doze) meses, faltou ao serviço 60 (sessenta) dias interpoladamente, isto sem qualquer causa justificada. Esse fato foi devidamente comprovado em processo administrativo disciplinar, com observância das garantias do contraditório e da ampla defesa.

Na situação descrita, à luz do disposto na Lei Estadual nº 6.174/1970, é correto afirmar que para a conduta de Inácio é cominada a sanção de

(A) multa.
(B) demissão.
(C) suspensão.
(D) repreensão.
(E) advertência.

88

Foi apresentada proposição, ao Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Paraná, para que fosse determinada a realização de exame toxicológico em todos os servidores aptos visando ao desenvolvimento na carreira. A proposta também explicitava consequências negativas, na perspectiva estatutária, para a hipótese de resultado positivo ou de recusa por parte do servidor em realizar o exame.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 259/2023, é correto afirmar que a proposição

(A) pode ser aprovada e, em caso de resultado positivo no exame, o servidor será afastado de suas funções pelo período de 1 (um) a 2 (dois) anos.
(B) não pode ser aprovada, por afrontar o direito à intimidade, somente podendo ser admitida na hipótese de processo administrativo ou investigação criminal em curso.
(C) pode ser aprovada, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, sendo que a recusa em realizar o exame equivalerá ao resultado positivo em prova e contraprova.
(D) pode ser aprovada, mas eventual resultado positivo somente acarretará consequências estatutárias negativas para o servidor após a conclusão de processo administrativo disciplinar.
(E) pode ser aprovada, mas não acarretará consequências estatutárias negativas ou a instauração de processo administrativo disciplinar, apenas o imediato encaminhamento à Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional – DIMS;

89

Inês, Delegada de Polícia Civil no Estado do Paraná, frequentou diversos cursos de capacitação, correlatos com a área de atuação ou de desempenho do cargo. Por tal razão, almejava que fossem levados em consideração para fins de promoção por capacitação.

Após analisar a sistemática da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, Inês concluiu corretamente que os cursos

(A) devem ter somatório mínimo de 60 (sessenta) horas.
(B) permitem a promoção por capacitação em todos os níveis da carreira.
(C) somente podem ser considerados caso tenham nível de pós-graduação.
(D) devem ter sido oferecidos pela Escola Superior da Polícia Civil ou pela Fundação de Apoio à Segurança Pública.
(E) somente permitem a promoção por capacitação em alguns níveis da carreira, sendo exigidos dois anos de efetivo exercício em cada nível.

90

Pedro teve a sua prisão provisória decretada pelo juízo competente, tendo sido constatado, no curso das investigações realizadas no âmbito de inquérito policial, que ele financiava uma organização criminosa dedicada à prática de infrações penais em diversos quadrantes do país, o que ocorria com o uso de armas de fogo.

Apesar de Pedro ter apresentado o documento de identificação, cogitou-se submetê-lo à identificação criminal em sede policial, inclusive com a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar, em relação à alvitrada identificação criminal, que

(A) é vedada em relação ao civilmente identificado, o que independe da gravidade da infração penal.

(B) somente é admitida se o documento de identidade apresentar rasura ou tiver indício de falsificação.

(C) pode abranger o processo datiloscópico e o fotográfico, mas não a coleta de material biológico, isto por não se tratar de crime sexual.

(D) pode ser realizada pela autoridade policial no curso da investigação, com exceção da coleta de material biológico, que exige motivação específica e autorização judicial.

(E) pode ser realizada se forem preenchidos os requisitos exigidos, incluindo o recebimento da denúncia pelo juiz, abrangendo a possibilidade de coleta de material biológico.

Direitos Humanos

91

Durante operação destinada à prisão de integrantes da organização criminosa Alfa, policiais recebem informação de que um dos investigados estaria armado e teria histórico de resistência violenta.

Ao ser abordado, o suspeito desobedece à ordem de parada e inicia fuga a pé, levando uma das mãos à cintura. Embora os agentes não visualizem arma, um deles efetua disparo contra o suspeito, justificando posteriormente sua conduta no risco potencial decorrente das informações previamente recebidas e do movimento realizado durante a fuga.

Considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e os parâmetros internacionais de proteção dos direitos humanos aplicáveis ao uso da força por agentes estatais, assinale a afirmativa correta.

(A) A proteção internacional do direito à vida não impede o emprego de força potencialmente letal para efetuar uma prisão, desde que existam elementos prévios que indiquem a periculosidade do indivíduo e a possibilidade de ele estar armado.

(B) A tentativa de fuga, associada à fundada suspeita de que o indivíduo esteja armado, satisfaz o requisito internacional de necessidade, cabendo ao agente avaliar discricionariamente a intensidade da força necessária para assegurar o cumprimento da ordem de prisão.

(C) O emprego de força potencialmente letal está sujeito a critérios estritos de necessidade e proporcionalidade, exigindo ameaça concreta e iminente à vida ou à integridade física, de modo que a fuga, a periculosidade atribuída ao indivíduo ou a mera suspeita de que esteja armado não são, isoladamente, suficientes para justificar o disparo.

(D) Os tratados internacionais de direitos humanos asseguram o direito à vida e à integridade pessoal, mas não estabelecem parâmetros para o uso da força em operações policiais, matéria reservada à legislação interna dos Estados.

(E) A proteção internacional do direito à vida impõe que armas de fogo somente sejam utilizadas após o emprego efetivo e comprovadamente malsucedido de todos os meios não violentos disponíveis, ainda que o agente esteja diante de ameaça atual e potencialmente letal.

92

Durante o curso de inquérito policial, uma pessoa com deficiência intelectual é intimada a comparecer à unidade policial na condição de vítima do crime.

Ao chegar acompanhada de pessoa de sua confiança, a autoridade responsável entende que, em razão da deficiência, seu relato não poderia ser considerado diretamente para fins investigativos sem prévia representação por terceiro. Sustenta, ainda, que adaptações no procedimento de oitiva somente seriam exigíveis na fase judicial, visto que as garantias de acesso à justiça previstas nos tratados internacionais de direitos humanos seriam dirigidas aos órgãos jurisdicionais apenas.

Considerando a Constituição Federal, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a proteção conferida às pessoas com deficiência, assinale a afirmativa correta.

(A) A deficiência intelectual implica presunção relativa de incapacidade para a prática de atos relacionados à persecução penal, razão pela qual a oitiva da vítima dependerá, como regra, da representação por pessoa legalmente responsável.

(B) As medidas de acessibilidade e adaptação procedimental são exigíveis apenas no processo judicial, pois a investigação criminal possui natureza administrativa e não está compreendida no conceito convencional de acesso à justiça.

(C) A pessoa com deficiência possui capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas, e o acesso efetivo à justiça deve ser assegurado mediante adaptações processuais adequadas, inclusive para facilitar sua participação direta nos procedimentos investigativos e em outras etapas preliminares.

(D) A autoridade policial poderá dispensar a oitiva da vítima com deficiência intelectual quando existirem outros elementos probatórios suficientes, pois a proteção especial conferida pelo ordenamento jurídico recomenda evitar sua participação direta na persecução penal.

(E) A participação direta da pessoa com deficiência na investigação constitui garantia condicionada à demonstração de plena capacidade de compreensão dos atos praticados, cabendo à autoridade responsável pelo procedimento avaliar previamente a conveniência de sua oitiva.

93

João, Delegado de Polícia, no exercício de suas funções, preside inquérito policial instaurado para apurar a conduta do proprietário de um estabelecimento comercial que teria recusado atendimento a um cliente exclusivamente em razão de sua orientação sexual.

Segundo os elementos colhidos durante a investigação, embora o serviço estivesse regularmente disponível aos demais consumidores, o proprietário, ao tomar conhecimento de que o cliente mantinha relacionamento homoafetivo, determinou que ele deixasse o estabelecimento, afirmando que não atenderia "pessoas como ele".

No curso da investigação, a defesa sustenta que a conduta não poderia ser enquadrada na Lei nº 7.716/1989, uma vez que inexiste tipo penal específico destinado à criminalização da homofobia e da transfobia.

Argumenta, ainda, que eventual aplicação da referida Lei ao caso representaria violação aos princípios da legalidade e da reserva legal em matéria penal.

Diante da controvérsia enfrentada pelo Delegado João e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a proteção da população LGBTQIA+, é correto afirmar que a tese suscitada pela defesa é

(A) procedente, pois o princípio da reserva legal impede, em qualquer hipótese, a incidência da Lei nº 7.716/1989 sobre condutas motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero, até a edição de lei específica pelo Congresso Nacional.

(B) improcedente, haja vista que o STF declarou a mora inconstitucional do Congresso Nacional e determinou a aplicação, até a superveniência de legislação autônoma, da Lei nº 7.716/1989 às condutas homofóbicas e transfóbicas, compreendidas como formas de racismo em sua dimensão social.

(C) improcedente, haja vista que o STF reconheceu a omissão legislativa, mas, em respeito à separação dos Poderes e à reserva legal penal, limitou-se a comunicar o Congresso Nacional, sem estabelecer consequência normativa aplicável às condutas homotransfóbicas.

(D) procedente, haja vista que o STF equiparou homofobia e transfobia ao crime de injúria racial, mas afastou a aplicação dos demais tipos previstos na Lei nº 7.716/1989, por entender que a noção constitucional de racismo se restringe às manifestações discriminatórias individualizadas.

(E) improcedente, haja vista que o STF reconheceu a aplicação da Lei nº 7.716/1989 exclusivamente às condutas de transfobia, por considerar que a identidade de gênero, diferentemente da orientação sexual, constitui elemento relacionado à identidade pessoal protegido diretamente pela dignidade humana.

94

No processo de formulação de uma política pública voltada à redução da violência e ao fortalecimento das instituições de segurança e justiça, determinado órgão estadual pretende utilizar a Agenda 2030 como referencial para a definição de indicadores e metas. Durante a elaboração do projeto, foram apresentadas diferentes interpretações acerca da natureza e da forma de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Considerando os fundamentos e a estrutura da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assinale a afirmativa correta.

(A) Embora os ODS sejam formalmente universais, sua implementação segue o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, de modo que os países desenvolvidos estão prioritariamente vinculados aos objetivos relativos aos meios de implementação, enquanto aos países em desenvolvimento compete alcançar as metas substantivas segundo suas capacidades nacionais.

(B) As metas dos ODS possuem natureza global e aspiracional, cabendo a cada governo estabelecer suas próprias metas nacionais, orientado pelo nível global de ambição e consideradas as circunstâncias nacionais, sem que isso afaste o caráter integrado e indivisível dos Objetivos nem a responsabilidade primária de cada Estado por seu desenvolvimento econômico e social.

(C) A indivisibilidade dos ODS exige que sua implementação e avaliação ocorram necessariamente de maneira conjunta, sendo incompatível com a Agenda 2030 a adoção de políticas públicas destinadas prioritariamente a um objetivo específico, ainda que consideradas suas interações com os demais objetivos.

(D) Por decorrer de resolução aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Agenda 2030 integra o sistema global de proteção dos direitos humanos como instrumento de *soft law*, de modo que suas 169 metas constituem parâmetros jurídicos autônomos para o controle de convencionalidade das normas internas dos Estados.

(E) O princípio de não deixar ninguém para trás determina que os Estados priorizem necessariamente os grupos socialmente mais vulneráveis na alocação de recursos públicos, constituindo regra internacional de preferência que prevalece sobre escolhas nacionais de planejamento e orçamento sempre que houver conflito entre diferentes ODS.

95

Durante a lavratura de um auto de prisão em flagrante (APF), o Delegado de Polícia verifica que determinada providência prevista em legislação infraconstitucional brasileira pode, no caso concreto, restringir direito protegido pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Ao discutir a questão, quatro entendimentos são apresentados:

I. O controle de convencionalidade não compete à autoridade policial, pois a aferição da compatibilidade entre o direito interno e os tratados internacionais de direitos humanos constitui função exclusivamente jurisdicional.

II. Segundo a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, as autoridades públicas estão submetidas às obrigações decorrentes da Convenção Americana e devem exercer, no âmbito de suas respectivas competências e das regulações processuais correspondentes, controle de convencionalidade.

III. No ordenamento brasileiro, os tratados internacionais de direitos humanos incorporados sem observância do procedimento previsto no Art. 5º, § 3º, da Constituição possuem, segundo a jurisprudência do STF, natureza supralegal, podendo funcionar como parâmetro para aferição da compatibilidade da legislação infraconstitucional.

IV. O reconhecimento de que o Delegado de Polícia participa do controle de convencionalidade permite-lhe declarar, no exercício da função de polícia judiciária, a nulidade da lei incompatível com a Convenção Americana, com eficácia geral e vinculante para os demais órgãos estatais.

Considerando o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, estão corretos os entendimentos

(A) I e III, apenas.
(B) II e IV, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I, II e III, apenas.
(E) II, III e IV, apenas.

Ciências Forenses

96

Um grupo criminoso pretende simular a morte de um foragido utilizando o cadáver carbonizado de outra pessoa. Para isso, obtém clandestinamente uma cópia do odontograma elaborado durante o exame *post mortem* do corpo. De posse dessas informações, um cirurgião-dentista aliciado pelo grupo confecciona, em nome do foragido, um prontuário odontológico falso, com data retroativa e registros coincidentes com as características dentárias encontradas no cadáver.

O documento é posteriormente apresentado para confronto, sem que sua origem fraudulenta seja inicialmente conhecida pelos peritos.

Considerando a identificação odontolegal comparativa, assinale a afirmativa correta.

(A) A elaboração do odontograma *post mortem* antes do prontuário falso preserva a validade do confronto, pois a objetividade dos achados cadavéricos impede que a posterior manipulação dos dados *antemortem* interfira no resultado pericial.

(B) A fraude somente seria capaz de gerar falsa identificação se também fossem alteradas fisicamente as estruturas dentárias do cadáver, pois o simples registro documental de características já existentes não produz correspondência odontológica tecnicamente válida.

(C) A fraude não possui potencial de sucesso, pois a legislação somente admite a identificação odontolegal quando o odontograma *antemortem* estiver acompanhado das respectivas radiografias, ainda que apresente numerosas concordâncias com os achados post mortem.

(D) A fraude será necessariamente revelada durante o confronto, pois a coincidência exata entre os odontogramas *antemortem* e *post mortem* constitui, por si só, uma discrepância técnica indicativa de que um dos registros foi falsificado.

(E) A manobra pode conduzir a uma falsa identificação positiva, pois os peritos encontrarão concordância entre os odontogramas sem saber que o suposto registro *antemortem* foi confeccionado a partir dos achados *post mortem*, embora as fontes comparadas não sejam verdadeiramente independentes.

97

Durante o registro de ocorrência relativo à apresentação de um homem detido pela Polícia Militar, o custodiado relata que, após a detenção, permaneceu durante dois dias sob a guarda dos policiais em uma casa em local ermo. Afirma que foi mantido encapuzado, privado do sono por estímulos sonoros repetidos, ameaçado de morte e submetido a simulações de execução para que confessasse determinado crime.

O homem apresenta-se muito nervoso, com olheiras acentuadas e roupas com forte odor de urina, mas não são observadas lesões corporais visíveis.

Diante da alegação apresentada, a melhor conduta a ser adotada pelo Delegado é

(A) requisitar exame pericial conforme Protocolo de Bangkok, elaborado na década de 1970 para orientar a documentação pericial de métodos de tortura que produzem sofrimento psicológico sem deixar marcas corporais externas.

(B) requisitar exame pericial conforme Protocolo de Minnesota, por ser esse o instrumento internacional especificamente destinado à investigação da tortura em vivos atribuída a agentes do Estado, ainda que a pessoa que relata os fatos não apresente lesões corporais visíveis.

(C) encaminhar o custodiado para atendimento médico e psicológico e requisitar apenas perícia indireta mediante análise do prontuário produzido, evitando que o encaminhamento do custodiado para exame pericial direto provoque revitimização, considerando ainda a inexistência de lesões corporais visíveis.

(D) encaminhar o custodiado para atendimento médico e psicológico e requisitar exame pericial conforme Protocolo de Istambul, pois a ausência de lesões visíveis não afasta a necessidade de adequada avaliação pericial.

(E) registrar a alegação e comunicar o fato ao juízo responsável pela audiência de custódia, aguardando determinação judicial para a realização de exame pericial, uma vez que a Resolução CNJ nº 414/2021 atribui exclusivamente à autoridade judicial a requisição da perícia e a formulação dos quesitos nos casos em que haja indícios de tortura ou de outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

98

A autoridade policial tomou conhecimento de que uma adolescente que acabara de completar 14 anos procurou um hospital junto com seus pais para realizar a interrupção de gestação decorrente de estupro, ocorrido havia aproximadamente cinco meses. A autoridade policial instaurou o inquérito de ofício para apurar o crime de estupro de vulnerável.

A vítima e seus pais autorizaram o fornecimento do prontuário médico, mas aquela recusou-se a se submeter a exame sexológico. Realizada a interrupção, obteve-se feto sem sinais de vida extrauterina, com 21 semanas de idade gestacional, 510 g e 26 cm.

Considerando as providências de natureza médico-legal aplicáveis ao caso, assinale a opção que indica a conduta mais adequada a ser adotada pela autoridade policial.

(A) O Delegado deverá determinar a realização compulsória do exame sexológico direto, pois a idade da vítima retira dela a possibilidade de recusá-lo, podendo dispensar a análise genética do feto porque a gravidez em menor de 14 anos já comprova a materialidade do estupro.

(B) O Delegado deverá respeitar a recusa da vítima e encaminhar seu prontuário para avaliação da possibilidade de perícia indireta, requisitando exclusivamente a análise genética da placenta, por ser esse material suficiente para identificar o genitor, o que torna desnecessária a necropsia do feto.

(C) O Delegado deverá respeitar e documentar a recusa da vítima, encaminhando seu prontuário para avaliação da possibilidade de perícia indireta; deverá também encaminhar o feto ao órgão médico-legal, requisitando exame necroscópico e coleta de amostra fetal para análise genética e eventuais confrontos, observados os requisitos técnicos aplicáveis.

(D) O Delegado deverá encaminhar o feto ao Serviço de Verificação de Óbito, pois a realização da interrupção em ambiente hospitalar caracteriza morte fetal natural, e solicitar a perícia indireta no prontuário, o que já seria suficiente para comprovar o indício de materialidade do estupro.

(E) O Delegado deverá requerer a análise genética do feto, dispensando a necropsia porque o mecanismo da morte já é conhecido, bem como qualquer avaliação pericial da adolescente ou de seus registros clínicos, pois eventual identificação do pai biológico pelo DNA comprovará, por si só, a ocorrência do estupro.

99

Em determinada cidade, foi criada uma delegacia especializada no atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Nos primeiros meses de funcionamento, verificou-se aumento do número de ocorrências registradas, seguido, ao longo dos meses seguintes, por queda acentuada desses registros. A administração interpretou a redução como demonstração de que a nova política de segurança pública havia sido bem-sucedida na prevenção da violência contra a mulher.

Entretanto, no mesmo período, os registros de feminicídio permaneceram estáveis e a Ouvidoria recebeu numerosas reclamações de mulheres que relataram atendimento hostil na delegacia especializada, desestímulo à formalização das ocorrências e minimização dos fatos narrados pelos servidores responsáveis pelo atendimento. Diante da aparente incongruência entre os indicadores, foi determinada a realização de um estudo para avaliar os resultados da política implementada.

Considerando os métodos da Criminologia, os processos de vitimização e a interpretação de estatísticas criminais, assinale a afirmativa correta.

(A) A queda não permite inferir redução da violência, pois os registros policiais dependem do acesso das vítimas e das práticas institucionais de atendimento a elas; as reclamações sugerem vitimização secundária e possível ampliação da cifra oculta; a estabilidade dos feminicídios funciona como alerta, devendo-se confrontar os dados administrativos com pesquisas de vitimização e outras fontes.

(B) O aumento inicial demonstra que a delegacia produziu crescimento artificial da violência ao estimular o etiquetamento de conflitos familiares comuns como crimes; a redução posterior comprova o efeito dissuasório do controle social formal; as reclamações são relevantes, mas não têm a capacidade de alterar os dados objetivos de redução posterior dos registros.

(C) A estabilidade dos feminicídios comprova que a violência doméstica não fatal também permaneceu inalterada, permitindo corrigir os registros policiais pela proporção histórica entre agressões e mortes. Dessa forma, considerando que os delitos letais revelam a criminalidade real, pesquisas de vitimização e dados de saúde seriam desnecessários para avaliar a efetividade da política implantada.

(D) A queda confirma a eficácia preventiva da delegacia, uma vez que os registros policiais constituem uma fonte objetiva para mensurar a criminalidade; as reclamações à Ouvidoria expressam percepções individuais, subjetivas, sem capacidade de alterar a série estatística oficial; a estabilidade dos feminicídios é irrelevante, por se tratar de fenômeno distinto da violência doméstica não fatal.

(E) As reclamações demonstram vitimização primária praticada pela própria delegacia, pois o atendimento hostil acaba por substituir a violência doméstica original como objeto da investigação criminológica. Por esse motivo, todos os registros produzidos pela unidade devem ser excluídos, e a avaliação da política deve considerar somente os feminicídios registrados no período analisado.

100

Uma mulher de 19 anos registrou ocorrência policial afirmando que, após conhecer um homem em um aplicativo de relacionamentos, iniciou conversas por videochamada. Após alguns dias, ele passou a ameaçar divulgar fotografias íntimas anteriormente enviadas por ela, caso ela não realizasse atos libidinosos diante da câmera, em tempo real.

Temendo a divulgação do material, ela obedeceu às determinações e acionou o recurso de gravação de tela do próprio aparelho, conservando o arquivo original. Posteriormente, procurou a autoridade policial e apresentou o dispositivo utilizado. A autoridade providenciou a preservação dos registros digitais e requisitou exame médico-legal, consignando que a vítima não relatava contato físico com o investigado.

Considerando o alcance da perícia médico-legal diante do relato e dos registros digitais apresentados, assinale a afirmativa correta.

(A) Como a narrativa exclui contato físico entre o acusado e a vítima, o exame médico-legal deverá ser declarado prejudicado, pois a ausência de contato impede a obtenção de qualquer informação pericial relevante. Os arquivos exigem preservação e exame digital próprios.

(B) O exame médico-legal poderá ser concentrado na avaliação da coerência do relato, cabendo ao perito concluir pela ocorrência da violência sexual quando a narrativa se mostrar estável, mesmo na ausência de achados corporais.

(C) Se realizado, o exame médico-legal deverá registrar o histórico, descrever objetivamente os achados ou sua ausência e delimitar suas conclusões. Os arquivos exigem preservação e exame digital próprios, sem impedir que o perito médico-legista descreva elementos visuais de interesse médico-legal, sem se pronunciar sobre sua autenticidade ou autoria.

(D) A ausência de lesões no exame médico-legal permite excluir a ocorrência do ato libidinoso narrado, devendo o laudo apresentar conclusão negativa quanto à violência sexual. Essa circunstância, entretanto, não afasta a possível existência da ameaça de divulgação das imagens íntimas, cuja demonstração dependerá da análise pelo médico-legista das conversas e dos demais registros digitais preservados.

(E) O perito médico-legista deverá examinar também as conversas e os arquivos eletrônicos preservados, reunindo os achados corporais e digitais em uma única conclusão sobre a ocorrência do crime e sua autoria.

Realização

FGV CONHECIMENTO